

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
HISTÓRIA

FERNANDA BRÜGGEMANN DOS SANTOS

**FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM SÃO JOSÉ/SC:
MUDANÇAS DE COSTUMES ATRAVÉS DO TEMPO**

Florianópolis
2019

FERNANDA BRÜGGEMANN DOS SANTOS

**FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM SÃO JOSÉ/SC:
MUDANÇAS DE COSTUMES ATRAVÉS DO TEMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção dos títulos de Licenciada e Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Roselane Neckel

Florianópolis
2019

Santos , Fernanda Bruggemann dos
Festa do Divino Espírito Santo em São José/SC : Mudanças
de costumes através do tempo / Fernanda Bruggemann dos
Santos ; orientadora, Roselane Neckel, 2019.
67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

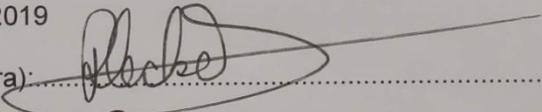
Inclui referências.

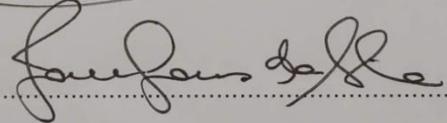
1. História. 2. Festa do Divino Espírito Santo. 3. São
José. 4. Açorianidade. 5. Festas populares. I. Neckel,
Roselane. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História. III. Título.



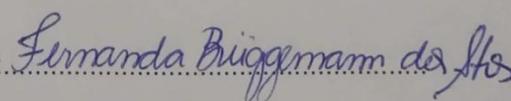
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas, na sala trezentos e vinte e dois do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.^a Roselane Neckel (Orientadora e Presidente); Prof.^a Janine Gomes da Silva (Titular); Prof. Marcos Montysuma (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº86 /HST/CFH/2019, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica **Fernanda Bruggemann dos Santos**, intitulado: **"Festa do Divino Espírito Santo em São José/SC: Mudanças de costumes através do tempo"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof.^a Roselane Neckel, nota 10,0, Prof.^a Janine Gomes da Silva., nota 10,0, Prof. Marcos Montysuma, nota —, sendo a acadêmica aprovado(a) com a nota final 10,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de fevereiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.
Florianópolis, 10 de dezembro de 2019

Prof.^a Roselane Neckel (Orientadora): 

Prof.^a Janine Gomes da Silva (Titular): 

Prof. Marcos Montysuma (Suplente):

Fernanda Bruggemann dos Santos (Candidata): 



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Fernanda Bruggemann dos Santos, Matrícula 15101717, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Festa do Divino Espírito Santo em São José/SC: Mudanças de Costumes Através do Tempo", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2020.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma linha horizontal decorativa abaixo.

Orientador(a)

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade de estudar numa universidade pública e de qualidade nesses últimos cinco anos. As experiências acadêmicas que tive nesse ambiente são sem iguais.

Ao Departamento de História e aos professores; principalmente a professora Roselane Neckel; que durante toda nebulosa situação que temos vivido na educação pública, nos estimulam a darmos nosso melhor.

Aos meus pais, Márcio e Maristela, e meu irmão Gabriel, que foram meu alicerce para que eu conseguisse chegar até aqui. Foram caronas para não pegar o ônibus, me esperar na aula quando estava doente, organizar grade de aulas parecida com a minha, e colo quando as coisas ficavam difíceis.

À Rosamaria, Ana Cristina e Drieli, amigas de âmbitos opostos da minha vida e que me apoiaram nessa trajetória das mais diversas formas.

Agradeço a Paróquia de São José que permitiu a consulta aos livros tomo. E as duas funcionárias; Maria Eduarda, Ieda, Albertina e Jacqueline; que me receberam em algumas manhãs e tardes durante o último ano, com muito carinho e bom humor.

À cada entrevistado que dividiu suas memórias comigo, que abriram as portas de suas casas, mostrando álbuns de fotos e antigos folhetos da festa. Em especial a Osni Machado, que generosamente disponibilizou fontes escritas, imagens, memórias e explicações, além de todo o acompanhamento na produção do trabalho.

Ao Museu Histórico Municipal de São José e a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José. Estagiando nesse último ano, pude aplicar o que aprendi teoricamente na universidade e ter a vivência com historiadores no ofício da profissão; Rafael e Rodrigo. Além dos funcionários do Arquivo Histórico Municipal: Denise e Nelson.

Resumo

O trabalho analisa a Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José, no município de São José/SC, e as mudanças que aconteceram em sua estrutura no ano de 1977. Para compreender esse processo foi necessário abranger o período para o momento anterior e posterior a mudança, ou seja, pesquisando como eram os festejos antes e como a comunidade se adaptou as alterações. As mudanças foram acompanhando os movimentos de resgate e valorização da colonização e cultura açoriana, construídos pelos intelectuais reunidos no I Congresso de História Catarinense de 1948, fortalecendo-se a açorianidade da festa e da cidade de São José. Para auxiliar na percepção de mudanças e construção de um símbolo municipal foram utilizadas entrevistas com pessoas da comunidade, os livros tomo da Paróquia de São José, documentação da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de registro imaterial da Festa do Divino Espírito Santo e imagens. Podendo, a partir desse material, observar as relações entre as mudanças da festa, seus usos e seu papel na identidade cultural do município.

Palavras-chave: Festa do Divino; São José; Açorianidade

Abstract

The paper analyzes the Feast of the Divine Holy Spirit of the Parish of St. Joseph, in the municipality of St. Joseph / SC, and the changes that occur in its structure in 1977. To understand this process it was necessary to cover the period for the moment. anterior and posterior, that is, researching what countries were like before and how a community adapting as changes. As the changes were accompanied by the movements of rescue and valorization of the Azorean colonization and culture, built by the intellectuals gathered at the First Congress of Santa Catarina History of 1948, strengthening to an Azoreanity of the party and the city of São José. To help the perception of For alterations and construction of a municipal symbol, interviews were used with people from the community, the tomographic books of the Parish of São José, recorded by the Municipal Foundation for Culture and Tourism of the Divine Holy Ghost Festival of Immaterial and images. From this material, we can observe how relationships between party changes, their uses and their role in the cultural identity of the municipality.

Keywords: Feast of the Divine Holy Spirit; São José; Azorianity.

Lista de Figuras

FIGURA 1 - Bandeiras do Divino Espírito Santo	18
FIGURA 2 – Coroa, Cetro e Salva do Divino Espírito Santo	19
FIGURA 3 – Coroação do imperador do Divino.....	19
FIGURA 4 – Localização do Arquipélago dos Açores.	20
FIGURA 5 – Festa no Arquipélago dos Açores.	21
FIGURA 6 – Território da cidade de São José	23
FIGURA 7 – Igreja Matriz da Paróquia de São José	25
FIGURA 8 – Jardins da praça de São José.....	28
FIGURA 9 – Jardins da praça de São José / Largo da Matriz.....	29
FIGURA 10 – Corte completa de sábado 01/06/2019	31
FIGURA 11 – Corte completa da festa de 1951	31
FIGURA 12 – Equipe de trabalho da carne de sol 03/06/2019.....	34
FIGURA 13 – Passagem da bandeira. Festa do Divino Espírito Santo	35
FIGURA 14 – Massas da Festa do Divino 02/06/2019	36
FIGURA 15 – Largo da Matriz. Destacado com um círculo está a casa paroquial, local onde era o império até 1976.....	38
FIGURA 16 – Panfleto Festa do Divino Espírito Santo de 1977.....	44
FIGURA 17 – Panfleto Festa do Divino Espírito Santo de 2019.....	45

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1. As Festas: Espaços de Sociabilidades	16
1.1. São José da Terra Firme.....	26
1.2. Festejos do divino em São José	28
Capítulo 2. Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José.....	31
2.1. Espaço social	31
2.2. A principal mudança	40
2.2.1. Antes de 1977.....	41
2.2.2. As mudanças de 1977.....	43
Capítulo 3. Reflexos das Mudanças	45
3.1. Usos da Festa	46
3.2. Símbolo Municipal.....	53
4. Considerações finais.....	57
5. Acervos e Fontes.....	59
6. Bibliografia.....	60
7. Anexo.....	62

Introdução

Ao falar sobre a cultura da cidade de São José a maioria das pessoas se refere a Festa do Divino Espírito Santo, ao casal de imperadores seguidos por uma corte, as bandeiras passando e a fanfarra animando. A festa que acontece na igreja Matriz de São José atualmente está no calendário abrindo o ciclo das Festas do Divino da região da Grande Florianópolis.

Contudo, essa importância para cultura josefense e a própria Festa do Divino não era tão recorrentes. A questão principal para qual a pesquisa foi desenvolvida foi para compreender todo o processo da mudança do ano de 1976 para o ano de 1977, o antes e depois desse evento, apreendendo aspectos de como essas mudanças aconteceram. Após o período de Páscoa há três fins de semana que encerram esse tempo litúrgico católico: Ascensão do Senhor, Pentecostes e Santíssima Trindade; baseados em escrituras bíblicas. A festa na Paróquia de São José antes do ano de 1977, acontecia durante dois fins de semana de Pentecostes e Santíssima Trindade; contudo, no ano de 1977 trocam a data para Ascensão do Senhor. A pesquisa, portanto, busca compreender como foram os usos dados para essa festa remodelada, e como se tornou uma referência cultural.

Antes de compreender a importância que essa manifestação cultural tem no município é necessário entender o que é a festa. A Festa do Divino Espírito Santo é uma comemoração que ocorre entre os meses de maio e junho, honrando a terceira pessoas da Santíssima Trindade, a partir da fé cristã. Seus rituais são compostos por uma corte vestida com trajes imperiais, bandeiras e a pomba, personificação do Espírito Santo. Sendo uma festividade de devoção popular, o povo anseia em trabalhar e participar, numa quebra da rotina do dia a dia.

A Festa do Divino Espírito Santo a qual se constitui essa pesquisa, localiza-se no Centro Histórico de São José. Esse bairro é onde a comunidade acredita ser o marco zero da cidade, onde os açorianos chegaram. Composta por casarios antigos, o teatro municipal e a Igreja Matriz, o bairro vive no cotidiano a memória da colonização açoriana. Os bairros que estão em volta do Centro Histórico, Praia Comprida e Ponta de Baixo, se desenvolveram justo com a colonização. A Ponta de Baixo é o núcleo das olarias, onde valoriza-se o

saber fazer do oleiro; enquanto a Praia Comprida era o lugar de comércio da cidade, onde ficava os entrepostos comerciais e as estradas que levavam para o interior. Esse espaço geográfico foi onde se constituiu a cultura denominada como de origem açoriana em suas manifestações.

O interesse em estudar a Festa do Divino Espírito Santo surgiu pela vivência que tive durante minha trajetória de vida e na Igreja Católica, além de ser moradora do lugar. Conheço e participo de Festas do Divino desde minha infância, uma prática costumeira da minha família. Contudo, desde 2010, comecei a trabalhar como "serva" na festa da Paróquia de São José, trabalho voluntário, na época sendo integrante do grupo de jovens. Foi nesse momento em que passei a me envolver na organização e execução dos festejos. Na 169ª edição, executada no ano de 2019, participei diretamente na organização das cortes, dos patrocínios da festa e como integrante da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.

A vivência na Festa do Divino Espírito Santo e estudá-la é complexo, pois buscar o olhar de fora, como ressalta Maria Bernardete Flores (1997) na introdução da obra "A Farra do Boi", sobre o olhar distante sobre as fontes de pesquisa é um trabalho detalhado em que o autor precisa a todo momento se monitorar. Porém, ao mesmo tempo em que esse exercício é complexo, também aproveita todo o conhecimento prático adquirido nesses anos de experiências nos festejos do Divino.

A escolha de pesquisar sobre o tema partiu de uma consulta aos livros tombo da Paróquia enquanto conversava com algumas funcionárias da secretaria paroquial. Alguns dados que li no livro se encaixaram com o assunto da alteração que Padre Neri Hoffmann tinha feito logo em seu primeiro ano como pároco. No começo acreditei ser apenas uma alteração na estrutura e cronograma da festa, já que esses dados não constam no livro tombo. Mas, surpreendentemente, em uma entrevista com o ex-pároco, constatei que a mudança é ainda maior, a data da comemoração foi alterada.

Foi então que surgiu a oportunidade de utilizar os estudos de Eric Hobsbawn (2015) para os processos de mudanças dos costumes que a festa passou, e a autora Maria Bernardete Flores (1997) para a abordagem de história cultural local e sua análise sobre o conceito de açorianismo. Uma das primeiras questões que surgiram foi se o I Congresso de História Catarinense

tinha influenciado nas alterações da estrutura dos festejos do Divino em São José. Se de alguma forma o movimento de destacar a cultura açoriana atingiu diretamente a comunidade.

Partindo dessas perspectivas, esse trabalho se propõe a analisar os motivos apresentados para que ocorressem alterações na estruturana Festa do Divino Espírito Santo de São José no ano de 1977, principalmente a adaptação de data para expansão de público e estrutura da festividade. Discutindo através das fontes os orais e documentais o momento anterior e posterior, examinando o processo com a comunidade e, mais tarde, com o poder público. Procurando estabelecer uma ligação entre as simples comemorações da primeira metade do século XX e a atual, elevada a símbolo e patrimônio municipal. Ainda, observando os usos que se deu a Festa do Divino Espírito Santo entre a elite econômica e política do município.

Para o pesquisar sobre tais questões, foram utilizados como fontes os livros tombo da Paróquia de São José, imagens da festa, história oral e a documentação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural (SERPPAC), da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José. Buscando a visão do clero, da comunidade e do poder público entre a década de 1970 e os dias atuais. Quanto as imagens, são uma forma de história comparativa, podendo observar o hiato que há entre as cortes, a divulgação imprensa e a estrutura da festa.

Com uma parte relevante da pesquisa baseada em entrevistas, o estudo de história oral e de memória também fez parte da bibliografia. As entrevistas aconteceram no decorrer do ano de 2019 com pessoas de diferentes períodos e funções da festa, do padre responsável da época até pessoas que são da organização atualmente.

A Festa do Divino Espírito Santo de São José não é citada com frequência em textos historiográficos do município, portanto a pesquisa desenvolvida e apresentada no trabalho tem cunho inédito entre as festas da região. Durante a pesquisa apenas um livro fala sobre os festejos em São José, Lélia Pereira da Silva Nunes (2005) na obra “Caminhos do Divino: um olhar sobre a Festa do Espírito Santo em Santa Catarina”. Em seu livro, Lélia pesquisou sobre todas as festas da grande Florianópolis que aconteciam na primeira década do século XXI, citando São

José. Além das menos de cinco páginas que Nunes (2005) resume a festa em São José, nada foi encontrado entre repositórios e pesquisas em sites de busca.

Este trabalho é dividido em três capítulos da seguinte forma: “1. As Festas: Espaços de sociabilidades”; “2. Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José” e “3. Reflexos da mudança”. O primeiro capítulo “As Festas: Espaços de sociabilidades” contextualiza os que são festas, costumes e cultura popular. Este capítulo é dividido em dois tópicos: 1.1 – São José da Terra Firme; apresentando a cidade que é sede dessa festa; 1.2 – Festejos do Divino em São José; discutindo a Festa do Divino em São José, introduzindo o segundo capítulo. A discussão bibliográfica apresentada nesse capítulo é baseada em autores como Peter Burke (2010), Edward Thompson (1998), Maria Bernardete Flores (1997), além de autores que pesquisam sobre a temática Festas do Divino Espírito Santo nos mais diversos lugares do Brasil. Contextualizando o espaço que está sendo analisado, parte da historiografia local de São José foi destacada e seus autores principais. No fim deste capítulo é introduzido as Festas do Divino e, especificamente, a de São José.

O segundo capítulo “Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José” começa discutindo o que é o espaço social e o papel que a Igreja tem na comunidade, ressaltando a quebra do cotidiano que Maria Bernardete Flores (2008) apresenta no texto “Entre a casa e a rua: Memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil”. As festas são quebras do cotidiano das pessoas, momento em que algo diferente do dia a dia acontece, e como a ocasião é esperada. Seguindo, o texto expõe a Festa do Divino Espírito Santo antes e depois de 1977, principal objetivo da pesquisa. O segundo capítulo é dividido por dois tópicos: “2.1 - Espaço social” e “2.2 - A principal mudança”. E mais dois subtópicos: “2.2.1 – Antes de 1977” e “2.2.2 - As mudanças de 1977”.

O terceiro e último capítulo “Reflexos da mudança”, dividido em três subtópicos: “3.1 - Usos da festa”; explorando os usos dos festejos como meio de alçar socialmente e politicamente na comunidade; e “3.2 - Símbolo municipal”, apresentando a criação de símbolo nacional a partir da festa através da análise da identidade cultural açoriana exaltada na segunda metade do século XX.

Através da análise da Festa do Divino Espírito Santo como um meio de

construção cultural e social da cidade de São José, esse trabalho apresenta a como o processo de modificação no costume local através do tempo podem ser influenciados por um movimento intelectual durante o decorrer da segunda metade do século XX.

Capítulo 1. As Festas: Espaços de Sociabilidades

Para compreender a Festa do Divino em São José foram importantes as contribuições de autores que tem problematizado a história das festas e seu significado no cotidiano das pessoas. Assim, neste capítulo, apresento a obra de alguns autores e seus estudos sobre costumes, cultura popular e festas. Com tal discussão o capítulo introduz esses assuntos para que a compreensão do que é a Festa do Divino seja embasada e estruturada criticamente pelos autores apresentados.

Os costumes são entendidos como usos e hábitos que repetidos rotineiramente tornaram-se constantes na vida de uma comunidade, algo local. Peter Burke escreve em sua obra *Cultura Popular na Idade Moderna* sobre a criação da cultura popular que se desenvolvia entre o costume das classes mais baixas, no campo e a cultura erudita:

O povo era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na tradição e no solo da região, sem nenhum sentido de individualidade. Para alguns intelectuais, principalmente no fim do século XVIII, o povo era interessante de uma forma exótica. (BURKE,2010: p. 33),

Com as descobertas e pesquisas, a elite também queria a pureza dos traços da cultura do povo, por onde transitavam principalmente nas festas.

Edward Thompson (1998) também afirma, que é a partir da rotina no campo, das classes mais baixas e simples que surge essa cultura voltada ao povo a partir de seus usos, como festas do fim da colheita, cerimônias anuais, procissões, rituais religiosos.

Se, de um lado, o “costume” incorporava muitos dos sentidos eu atribuímos hoje à “cultura”, de outro apresentava muitas afinidades como direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país, usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei. (THOMPSON, 1998: p. 15)

A cultura que vem do povo tem como principal meio de manifestação as festas, um momento que o povo confraterniza, o que o autor Goethe diz em suas pesquisas e Burke cita, dizem ser do povo para o povo “Goethe ficou entusiasmado com o Carnaval romano, que presenciou em 1788 e interpretou como uma festa ‘que o povo dá a si mesmo’”. (apud. BURKE, 2010: p.30).

Para Cleusa Maria Graebin, festas são momentos de confraternização e memória, sendo cívicas ou religiosas, têm uma importância no convívio social, sendo uma experiência essencialmente humana é o retorno simbólico às origens, na busca de uma reafirmação cultural tanto individual quanto coletiva. Dois principais objetivos para a confraternização é a comunicação entre as classes e a economia, bastante mobilizada com os preparativos. Esse ambiente cultural conecta seus participantes com o passado por meio das experiências culturais e a identidade construída sobre esse alicerce e que são reafirmados a cada nova edição. Segundo Vera Irene Jurkevics (2005) em seu estudo “Festas religiosas: a materialidade da fé”, as festas são compostas por três principais momentos: preparação, execução e ideologia, sendo a última citada a explicação do principal objetivo do festejo guiando as duas outras etapas e motivo para a reafirmação do elo, sendo institucional com a igreja quanto sentimental através da espiritualidade.

Segundo Maria Nazareth Ferreira (2006), na pesquisa intitulada como “Comunicação, resistência e cidadania: As festas populares”, o sentimento da festa é o que traz a sensação de momento festivo com momentos simbólicos no coletivo; enquanto a institucionalização da festa é a organização comunitária com referência na ideologia do fenômeno. A reprodução da festa faz com que a tradição se mantenha e a inovação também chegue com a conjuntura em que está inserida, uma representação cultural ao longo das gerações.

Demarcando o país através da cultura pelas diferenças nos âmbitos simbólicos e míticos, segundo Maria Cristina Caponero e Edson Leite (2010), no artigo “Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo”, as festas são importantes para a construção da identidade cultural e convivência da comunidade. O conjunto de rituais apresenta uma atividade com um viés lúdico buscando um rompimento do ordinário para uma experiência coletiva em uma interação e trocas entre indivíduos da comunidade (FERREIRA, 2006, p. 111). Peter Burke ao citar festas populares, como o Carnaval, ressalta o uso de roupas especiais para a ocasião, ter algo novo simboliza o quão fora do comum é o dia: “uma aguda distinção entre dias comuns, de trabalho, e dias festivos pode vir expressa numa aguda distinção entre roupas de trabalho e as ‘melhores roupas de domingo’” (BURKE, 2010: p. 154).

As festas religiosas tomaram espaço durante a expansão cristã durante o começo da Idade Média (BURKE, 2010, p. 112). Sobre as festas religiosas, a substituição de rituais pagãos por festejos católicos foi sendo incorporado em datas (CAPONERO E LEITE, 2010, p. 103) como Natal, Páscoa e Festas do Divino. Se tratando de festas religiosas, os festejos e procissões tomam conta de cerca de 1/3 do ano de pessoas que frequentam as missas e rituais católicos, uma parte considerável da vida de uma comunidade tendo em vista a importância de tal movimento na rotina (JURKEVICS, 2005, p. 74).

Esse espaço de sociabilidade foi por um período o único momento de integração fora do âmbito doméstico e familiar, por conta da distância física entre as casas, segundo Graebin (2012), a igreja era um espaço de convivência e criação de relações sociais e afetivas.

Além de ser um espaço de sociabilidades, festas revivem momentos da história da sociedade, tendo a capacidade de trazer sempre experiências culturais para a lembrança. Os festejos são como meios de resgate da origem de cada indivíduo, além da coletividade, por ser um lugar simbólico e mítico.

[...] dotadas de um impressionante significado e um sentido permeado de conotação simbólica, mítica e de função coletiva, enriquecendo o cotidiano do povo, pois de alguma maneira, têm significado particular relacionado com a história da cidade e com o passado, mais ou menos longínquo, de formação da cultura popular. (CAPONERO E LEITE, 2010, p. 100)

Na perspectiva de Ferreira o resgate da identidade própria em cada edição das festas vive a dicotomia de ser x fazer, sendo a materialidade de ser agente social, enquanto fazer é prostrar-se em frente a um espelho cultural. Esse conflito dá-se entre o novo e o antigo que os anos trazem às manifestações, a renovação que passa em suas experiências e novos valores incorporados que enriquecem a identidade cultural em constante construção que assim como as festas, não está estático.

Esse ambiente também favorece a delimitação dos papéis da comunidade, o lugar do outro, manutenção de privilégios e a afirmação de estruturas hierárquicas que estabelecem o controle e a informação; tendo em vista que o mesmo evento que promove a união também conta com jogos políticos e de controle. Como um espaço plural, é um ambiente para a reafirmação da origem, segundo F. Remotti (Apud FERREIRA, 2006, p. 113) a

cultura está ligada a interações, trocas e influências de outros lugares, não sendo pura. Através dessas interações e trocas é que o indivíduo se reencontra e confirma sua identidade periodicamente.

As festas são uma quebra no cotidiano, a fuga da rotina banal para entrar na memória por meio das relações e ações que acontecem durante os festejos, o que podia ser interpretado como um momento de prazer e descanso. O clima festivo e essa ruptura o traz novas energias para voltar à rotina, como em uma necessidade psicológica. Para Ferreira (2006), a fuga e o clima festivo é a “conservação e criatividade cultural” (FERREIRA, 2006).

Trazendo o indivíduo como protagonista e suas experiências culturais construídas pelo processo de relações sociais, as festas têm uma importância significativa na vida da comunidade, como afirmado nesse capítulo. Os leigos, sobretudo através de irmandade e ordens, são os principais organizadores das festas religiosas. Esses eventos se tornam uma miscelânea entre missas, procissões, risos, danças e comidas, tornando-se um palco de sociabilidade entre o sagrado e o profano, ligados por uma linha tênue. O sagrado está inserido na liturgia, ritos que se repetem idênticos em cada lugar que acontece, e o profano muda a cada festa e região, a parte que o povo faz está relacionado a cultura local.

Segundo João José Reis (apud JURKEVICS, 2005, P. 75), os festejos religiosos são a oportunidade do homem e o Divino se conectarem, minimizando a distância entre esses dois polos. O papel do clero, em sua maioria, cabe as celebrações e ritos sagrados.

Em festas religiosas o sagrado e o profano estão intimamente ligados celebrando a memória e o rito que soleniza a passagem do tempo, sensivelmente ligado ao passado. Os festejos fazem parte da religiosidade popular por não estarem previstos na liturgia de uma forma oficial, para Jurkevics (2005), a importância das festas fundamenta a fé popular em sua essência, tornando algo inteiramente do povo.

Um exemplo de festas populares e religiosas é a Festa do Divino Espírito Santo, conhecida por suas comemorações durante dias e as cortes imperiais. Os festejos que honram a terceira pessoa da Santíssima Trindade acontecem cinquenta dias após a Páscoa; originalmente no domingo de

Pentecostes, que segundo o livro de Ato dos Apóstolos¹ é a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos e Nossa Senhora.

As pesquisas sobre a Festa do Divino Espírito Santo circundam o âmbito histórico e cultural, normalmente com estudos locais de momentos e festas de determinados locais, e buscando explicar a mística que a comemoração atinge. Os autores citados nesse capítulo direcionam suas pesquisas entre a simbologia e motivos dos festejos desde de sua origem, e festas locais. Os textos de João Eduardo Pinto Bastos Lupa no livro “Origens da Festa do Divino Espírito Santo”, discute as origens da festa e os princípios teológicos utilizados na liturgia católica, como o mistério da Santíssima Trindade. Lélia Pereira da Silva Nunes, na obra “Caminhos do Divino: um olhar sobre a Festa do Espírito Santo em Santa Catarina”, pesquisa sobre os festejos vindo dos Açores e sobre a festa na região de Santa Catarina e as características particulares de cada município. Em “Sensibilidade em festa: celebrando o Espírito Santo no Rio Grande do Sul”, Cleusa Maria Gomes Graebin pesquisa sobre a festa na região do Rio Grande do Sul, também colonizado por açorianos, a partir da sensibilidade, buscando apresentar em seu artigo o lado do humano e o envolvimento com a festa. Por fim, Elis Ângelo escreve no artigo “As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res)significação da cultura”, buscando apresentar a origem da festa além da Rainha Isabel e os festejos no Centro de Tradição Açoriana em São Paulo.

Segundo Elis Ângelo (2017), celebrações romanas e germânicas aconteciam também no período de começo do verão, no hemisfério norte, relacionado a abundância e compartilhamento. Sendo assim, os cultos ao Divino também tomaram esse formato de banquetes compartilhados entre a comunidade. Com a passagem dos festejos pela região da Europa chegou a Península Ibérica. Essas pesquisas indicam pontos importantes para compreensão da Festa do Divino tanto cultural quanto religioso.

Como destacado, as festas têm uma ideologia, a motivação que reafirma a comemoração; para a Festa do Divino a ideologia, o imaginário religioso ligado a crença, está diretamente ligada a Santíssima Trindade. O uso de

¹ Atos dos Apóstolos, 2:1-11.

passagens bíblicas são a base para a ideologia e funcionamento da festa, ilustrando de forma narrativa o que pode ser lúdico para os fiéis.

Segundo Joaquim de Friore, abade que o autor João Lupi estuda, escreveu sobre a doutrina do festejo enquanto vivia em Alenquer no convento franciscano. A comemoração defende em o fundamento trinitário da teologia, de três pessoas serem uma: Pai – Filho – Espírito Santo. Sob a dualidade de que o Pai enviou o Filho ao mundo, o Espírito Santo procede da união de ambos, como acontece no batismo de Cristo no Rio Jordão no evangelho de Mateus², sendo assim a mútua procedência das três pessoas que se fazem uma. As passagens bíblicas como Atos dos Apóstolos e os evangelhos fundamentam as explicações sobre os festejos.

Entre os historiadores e escritores sobre a Festa do Divino Espírito Santo, apresentam que a festa se difundiu por Portugal e pelas colônias, a partir da promessa da Rainha Isabel de Aragão, casada com Dom Dinis de Portugal, ao Espírito Santo para que uma guerra entre pai e filho não se concretizasse (LUPI, 2003, p. 17). A promessa dizia que se a paz reinasse a rainha faria uma festa em honra ao Espírito Santo e promoveria a caridade, sendo celebrada pela primeira vez em 1296, em Alenquer. De acordo com João Lupi (2003), a pequena cidade de Alenquer era a cidade da rainha de Portugal, e foi simbólico a primeira festa acontecer lá (LUPI, 2003, p. 15).

É importante registrar ainda o destaque dado aos símbolos das Festas do Divino, que têm significados próprios e identificam a festa onde quer que ela esteja acontecendo: a pomba, a bandeira e a coroa. A pomba branca é a mística da festa, o Divino Paráclito, tanto da visão litúrgica quanto da visão popular e está presente nos cultos da festividade. Segundo Nunes (2010) a figura do Espírito Santo como pomba vem da passagem do batismo de Jesus no evangelho de Mateus "Depois que Jesus foi batizado, saiu logo da água. Eis que os céus se abriram e viu descer sobre ele, em forma de pomba, o Espírito de Deus³". As bandeiras, a coroa e cetro, toda a igreja fica adornada com imagem de uma pomba voando, pousada, de asas abertas.

² Mateus, 3:14

³ Mateus, 3:16

Os tecidos vermelhos pintados ou bordados com a pomba do Espírito Santo em cima são as bandeiras do Divino Espírito Santo (FIGURA 1) que passam pelas casas das comunidades anunciando que a festa está chegando.



FIGURA 1 – Bandeiras do Divino Espírito Santo: Fonte: Arquivo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos.

Durante a festa a bandeira segue anunciando ao povo que a corte da Família Imperial está passando, depois segue em busca dos padres na igreja, unindo todos. A bandeira é um objeto de devoção para todos os fiéis que recebem ou a abrigam, e seu significado dentro de toda a festividade é de extrema importância.

A coroa em conjunto com o cetro, a adaga e a salva, bandeja que é apoiada a coroa (FIGURA 2), são os símbolos mais importantes da Festa do Divino Espírito Santo, sendo o ritual da coroação o ponto máximo da festa.

Remetendo ao poder imperial, reconhecendo o Espírito Santo como o poder máximo. O cetro, que possui o mesmo nome do bastão utilizado pelos monarcas, destacando assim outro reconhecimento de autoridade real, e demarcando sua origem como festa real (FIGURA 3), possui uma Pomba em sua extremidade superior, que remete ao simbolismo de realeza e hierarquia reconhecido a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, que é o Espírito Santo.



FIGURA 2 – Coroa, Cetro e Salva do Divino Espírito Santo: Fonte: Arquivo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos.



FIGURA 3 – Coroação do imperador do Divino com a Coroa citada acima. Fonte: Arquivo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos.

Com a colonização portuguesa e principalmente açoriana, é que a Festa do Divino Espírito Santo se expandiu. Os festejos em honra a terceira pessoa da Santíssima Trindade eram muito comuns no arquipélago dos Açores (NUNES,2010, p. 10), e onde são celebrados atualmente.

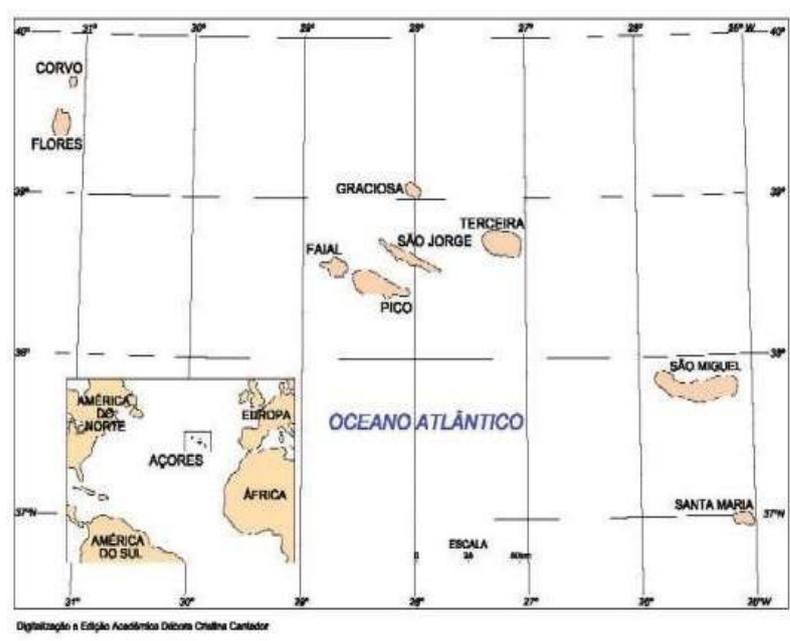


FIGURA 4 – Localização do Arquipélago dos Açores. Fonte: Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61437470.pdf>. Acesso em 18/09/2019.

Colonizados por portugueses, o arquipélago dos Açores tornou-se referência em festas do Divino, mais que o país de onde se originou, Portugal. Nos Açores a festividade do Divino Espírito Santo tem uma importância religiosa latente, sendo o sagrado considerado, segundo, Ângelo (2017: p. 367), para os açorianos os principais elementos da festa é a folia, como pode ser observado na figura 5; o banquete e teatros que fazem para a comunidade, honrando a todo momento o Divino Espírito Santo. Assim como no Brasil, a festa nos Açores está no âmbito social e religioso, uma ocasião que o povo se atém para o descanso do cotidiano que se quebra.

Alguns textos ainda mencionam a lenda da rainha Isabel como principal motivação das continuidades festivas nas ilhas. Segundo alguns pesquisadores, os pioneiros da colonização das ilhas introduziram tanto a fé católica como religião quanto as festas em louvor ao Divino. Das festividades em homenagem ao Divino Espírito Santo nas ilhas açorianas tem-se a informação de que foram introduzidas com a colonização. (ÂNGELO, 2017: p. 369)



FIGURA 5 – Festa no Arquipélago dos Açores. Fonte: Disponível em https://www.snpcultura.org/vol_festa_Divino_Espirito_santo_o_dia_que_reune_acorianos.html Acesso em 18/09/2019.

Com a chegada dos açorianos ao litoral de Santa Catarina, principalmente a Grande Florianópolis, a perpetuação da Festa do Divino foi como uma conexão com as origens, assim como os colonizadores portugueses fizeram no arquipélago.

Os festejos do Divino tornaram-se um marco religioso e depois cultural, com a valorização da base açoriana após os anos de 1950, como o chamado açorianismo. Essa valorização da cultura litorânea tem origem a partir do Congresso de História Catarinense, em 1948, que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, momento posterior a política de nacionalização, que auxiliou na exaltação da cultura açoriana.

Segundo Nazareno José Campos (2009) a comparação com o norte do estado e o vale do Itajaí, regiões com um desenvolvimento econômico maior por suas indústrias, apresentou o litoral como um lugar de economia decadente pela falta de desenvolvimento industrial.

Desse modo, as populações de origem açoriana da região litorânea catarinense, além de se tornarem economicamente decadentes, serão responsabilizadas, por parte das classes dominantes e do poder político- administrativo local/regional, como sendo as principais culpadas por sua própria situação. Vistas como atrasadas, serão depreciativamente retratadas e invisibilizadas pela historiografia em geral. (CAMPOS, 2009: p. 179)

Contudo, após a campanha de nacionalização entre as décadas de 1930 e 1940 surgiu o movimento para destacar a importância dos habitantes do litoral, de descendência açoriana em sua maioria, a açorianidade. O movimento exaltou o litoral fortalecendo socialmente e culturalmente a visibilidade do povo do litoral de origens açorianas ou não.

Há também que se ressaltar, que o conceito de açorianidade não deve tomar o direcionamento, para os açorianos e seus descendentes, de uma camisa de força. Uma identidade cultural é historicamente produzida e aceita por um povo, sem que ela tenha que ser fomentada, ou mesmo imposta, como se um conceito que a defina seja o fim em si mesmo. (CAMPOS, 2009: p. 189)

A conjuntura pós-congresso faz com que as manifestações culturais de origem açoriana recebam uma atenção a mais, como os engenhos de farinha, o fazer da olaria e Festas do Divino. Uma política cultural fortalecida a partir das discussões e discursos, para manter um senso de continuidade das tradições antepassadas (FLORES, 1997: p. 133).

1.1. São José da Terra Firme

Entre os primeiros municípios de Santa Catarina, São José (FIGURA 6) foi povoada por açorianos no ano de 1750, assim como boa parte do litoral do sul do Brasil. A cidade tem a Festa do Divino Espírito Santo como uma das principais manifestações culturais que remete a suas origens açorianas.

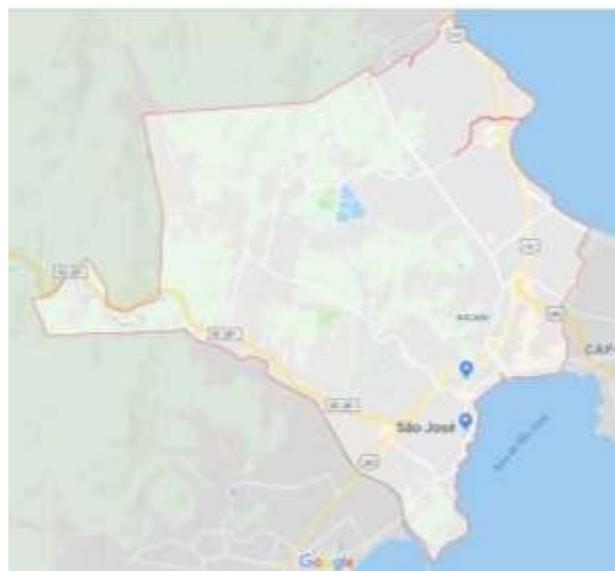


FIGURA 6 – Território da cidade de São José: Fonte: Disponível em <https://www.google.com/maps/>. Acesso em 13/09/2019.

A religiosidade era bastante presente entre os colonizadores, logo após a chegada dos açorianos uma pequena igreja foi levantada na ponta da praça com vista para o mar, a partir desse ponto o povoado foi se estendendo e sendo construído. A Paróquia de São José foi instituída, em 26 de outubro de 1750⁴ pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. A preposição “de” faz com que não seja apenas a paróquia dedicada ao santo, mas também a nova freguesia que se estabelecia na região por meio de uma Provisão Régia emitida pela coroa portuguesa. Contudo, fontes sobre estas ocasiões não existem mais, os fatos estão em narrativas de autores como Osni Machado, Vilson Francisco e Oswaldo Cabral.

A historiografia construída a partir das narrativas dos autores que escrevem sobre São José. Como destacado antes, as fontes sobre a história local de São José são escassas antes do começo do século XX. Muito do que compõe a historiografia são dados sem fontes impressas ou vivas. Em entrevista com o senhor Osni Machado, fica esclarecido como que os estudos sobre o município começaram e foram incentivados.

Em 1950, no bicentenário de São José, foi feita uma publicação especial pela Associação Filatélica de Santa Catarina, e ali foi apresentado dados históricos de São José. Era a única fonte que a gente tinha de São José. Então, a partir dali, não só eu, como outras pessoas, passei a pesquisar o que que tinha mais. (Osni Machado, entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos. 10/08/2019)

Na historiografia de São José há alguns autores principais, utilizados nas pesquisas e pela educação municipal. Entre os autores, temos Vilson Francisco de Farias, Osni Machado, Gilberto Gerlach, Marcelo Pinheiro, a história vem sendo escrita. Em anotações de pesquisa, durante uma conversa não gravada com o seu Osni Machado, foi destacado que Álvaro Tolentino foi um pioneiro na escrita da história josefense. Viveu entre o fim do século XIX até a segunda metade do século XX, registrando tudo que acontecia na cidade, criando um arquivo com algumas pesquisas e escritos. Após sua morte, parte de seu arquivo foi doado para seu Osni Machado.

Entre os escritores está Vilson Francisco de Farias e uma série de livros que explana sobre São José e sua colonização; como: “São José: 250 anos – Natureza, História de Cultura” (2001), “De São José aos Açores: 252 anos –

⁴ Relato Monsenhor Pizarro no anexo.

Em busca das raízes” (2002), “São José 254 anos- Em busca das raízes” (2004), “De Portugal ao sul do Brasil” (2005), “256 anos- Em busca das raízes” (2006). Os livros de Farias são utilizados para os concursos da rede municipal de educação desde o começo do século XXI. A historiografia de São José é tradicional local, conforme o texto “Historiografia catarinense” de Cristina Scheibe Wolff escreve. Uma história voltada para fatos políticos e civis, exaltando nomes e personagens ilustres da cidade.

Outro livro emblemático é “São José da Terra Firme” de Gilberto Gerlach e Osni Machado. A publicação traz uma narrativa desde os primórdios e passando por momentos importantes da história municipal. Com várias imagens, o livro é um dos recursos dos professores da rede municipal.

Há ainda outras edições de livros sobre a história de São José, mas poucos, ou quase nenhum, escrevem sobre as Festas do Divino Espírito Santo. Os dois livros citados acima são as principais fontes na maioria das pesquisas sobre o município, ambos patrocinados pela Prefeitura Municipal de São José.

1.2. Festejos do Divino em São José

A Igreja Matriz da Paróquia de São José tornou-se o centro do povoado que crescia. A figura 7 apresenta a estrutura atual, datada entre o fim do século XVIII e começo do século XIX.



FIGURA 7 – Igreja Matriz da Paróquia de São José: Fonte: Disponível em. <https://www.google.com/maps/contrib/102584397200338852051/photos/>. Acesso em 13/09/2019.

Não há disponíveis documentos ou relatos que indiquem quando e como os festejos em honra ao Divino começaram onde hoje se encontra o Centro Histórico, dado as suscetíveis trocas de dioceses e congregações na paróquia. Os livros tombo começaram a ser escritos apenas em 1895, portanto, os documentos referentes a festejos do Divino antes ou durante 1851 não existem, fazendo com que esse período seja difícil de ser pesquisado.

O primeiro ano que se tem conhecimento que a Festa do Divino Espírito Santo tenha acontecido em São José é em mais de cem anos após a chegada dos açorianos. Datando a reabertura da Irmandade do Divino Espírito Santo e o festeiro do ano: João Clímaco Zuzarte Firmo (NUNES, 2010, p. 73), é o momento em que se tem uma continuidade das datas e dos festeiros seguintes. A data de 1850 é que parte a contagem das edições da festa atualmente.

Na verdade, elas são modificadas ou transformadas, num processo que, de cima, parece ser de distorção ou má compreensão, e, de baixo, parece adaptação a necessidades específicas. (BURKE, 2010, p: 59)

A partir da Paróquia de São José e a Festa do Divino Espírito Santo que surge a problemática central dessa pesquisa. A troca de fim de semana de comemoração da Festa do Divino Espírito Santo, na Paróquia de São José, é uma questão a ser estudada por seus motivos e consequências. Festas não são estáticas, portanto a Festa do Divino também passou por uma série de alterações para se adaptar a cada edição, conforme Burke afirma as restaurações que festas podem receber e como cada âmbito da comunidade pode receber essas alterações (BURKE, 2010, p: 59).

Capítulo 2. Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José

O segundo capítulo aborda o objetivo central da pesquisa, a Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José e as mudanças que ocorreram na década de 1970. A festa é base da estrutura social da comunidade, onde por muito tempo relações eram estabelecidas e cultivadas; o serviço à igreja através das funções durante os festejos; a devoção ao Espírito Santo, a bandeira e ao império.

É observado a importância desse festejo para a comunidade envolvida antes mesmo das mudanças, que serão apresentadas, para fazer com que ela se transformasse em um evento com proporções maiores e mais luxuosas. Nos depoimentos, especialmente de dona Maria Luci Gerlach e suas roupas novas para a festa, é notado como os envolvidos se preparavam para essa quebra no dia a dia, saindo da rotina do cotidiano.

2.1. Espaço social

A Festa do Divino Espírito Santo transcende o espaço religioso, seu papel é social e político, tornando-se um momento importante para toda comunidade envolvida. Segundo Maria Bernardete R. Flores (2008) no artigo “Entre a casa e a rua: Memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil”, as festas locais são quebras no cotidiano dos participantes, uma expectativa é criada e há toda uma preparação para tal evento, como a compra de uma nova peça de roupa, o anseio de encontrar conhecidos, reviver memórias. Tendo em vista que durante muitos anos a igreja era um centro social, local onde as pessoas, principalmente mulheres, criavam relações afetivas e de amizade.

Teve muitos casamentos que foi por causa da festa do Divino. Tive uma amiga que estava namorando, não vou citar nomes, ela estava namorando dois rapazes, eu disse para ela “Esse ali não, vai namorar com outro”. Hoje ela é casada com ele, né! Outra que mora lá em Curitiba. Aquela também arranhou namorado na Festa do Divino Espírito Santo, casou também. [...]. Então daí, todos que a gente conhecia estavam na festa do Divino, que a gente andava na volta grande do jardim, tudo de braço. E os rapazes diziam: “Pode ser ou está difícil? ”, aí a gente dizia “Tá difícil”. Todo mundo de bolsa, então na festa do Divino tinha muita pipoca, amendoim, balinha de coco, era uma coisa de louco né. [...] A gente sentava no jardim e comia. (Maria Luci Gerlach, entrevistada por Fernanda Bruggemann dos Santos, 12/09/2019)

Esse trecho das memórias de dona Siza, como é conhecida na comunidade, destaca o caráter de sociabilidade, que as festas de igreja tiveram e têm na vida das pessoas. Segundo algumas anotações feitas em campo, na continuidade da conversa após a entrevista, dona Siza falou como sua mãe fazia roupa toda nova para a Festa do Divino, e ela levou isso como um costume, que curiosamente também ocorre por toda comunidade.

Depois das missas o passeio acontecia nos jardins da praça em frente a Matriz. O jardim apresenta uma estrutura com a igreja e o mar nas pontas como pode ser observada nas figuras 8 e 9.



FIGURA 8 – Jardins da praça de São José fotografado da Casa de Câmara e Cadeia – Década de 1940. Foto: Biblioteca do IBGE / Acervo de: Osni Machado.



FIGURA 9 – Jardins da praça de São José / Largo da Matriz – Década de 1950. Foto: Biblioteca do IBGE / Acervo de: Osni Machado.

Além de participante das celebrações e rituais, as pessoas participam da festa em lugares diferentes: na corte ou como servo. Esses papéis criam uma hierarquia dentro do âmbito da festa, mas também abrem espaço para uma minoria ter, por um breve instante, maior destaque que não tem no cotidiano.

A corte é composta por crianças e adultos, sem quantidade específica, que compõem o cortejo imperial, dependendo da vontade da família imperial. Conforme Lélia Nunes (2007), a corte é vestida com trajes de época que remetem a monarquia, reproduzindo a “corte do Divino”, uma homenagem aos criadores da festa, Dom Dinis e Rainha Isabel de Aragão. A autora afirma o anseio que as pessoas têm de participar, sendo por promessa ao Espírito Santo ou por vontade de “ser da corte”.

Na Paróquia de São José, segundo o dossiê de registro da Festa do Divino Espírito Santo, produzido pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural (SERPPAC), da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, o ritual da corte na festa na Paróquia de São José acontece na seguinte sequência:

No primeiro cortejo todos seguem até o império (local reservado para a corte dentro da festa), em seguida as bandeiras saem e vão até a igreja buscar os padres e diáconos presentes guiando-os até onde a corte está alojada. Após cumprimentos entre o clero e a família festeira, todos seguem até a igreja para a celebração. Nesta missa a coroação do

imperador ocorre apenas no fim, antes da bênção final, num ato de abertura da festa, e logo após todos saem em cortejo novamente até o império. (SERPPAC – FMCT)

No primeiro dia a coroação é realizada no ritual litúrgico na missa para destacar que aquele é o novo imperador, naquele momento este é apresentado ao povo. Nos demais dias a coroação ocorre no império, depois é retirada sua coroa na igreja, em sinal de respeito e humildade perante o ritual litúrgico, mas é coroado novamente no fim da missa. As bandeiras sempre seguem na frente, buscando os celebrantes e trazendo a corte, como forma de abrir espaço entre a multidão. Esse rito não passou por alteração, seguindo um costume que se repete em vários lugares onde a festa ocorre.⁵

No entanto, aconteceram gradativamente mudanças no cortejo, como pode ser observado nos relatos destacados abaixo.

Em 1951, com 10 anos, meu avô foi imperador, então naquele tempo não tinha corte como tem agora [...] E então as moças que acompanhavam bandeira, eram três bandeiras só, na frente, e todas de vestidinho branco curto assim, normal, e com uma fita vermelha atravessada da direita para a esquerda, acompanhavam a bandeira. Tinha corte com trinta, trinta cinco, tinha imperador que colocava quase quarenta.

(Maria Luci Gerlach, entrevistada por Fernanda Bruggemann dos Santos, 12/09/2019)

O cortejo também podia ser grande, mas com bandeiras, outra parte era com meninas que usavam branco com faixas vermelhas, num sinal de simplicidade, como uma das entrevistadas indica:

Era assim, eram quatro crianças que a gente arrumava. Havia uma ala muito bonita de meninas de branco, com uma fita vermelha atravessada que era o símbolo do Espírito Santo, aquele vermelho. (Eliete Gerlach Rilla, entrevistada por Fernanda Bruggemann dos Santos, data da entrevista 25/08/2019)

Nas entrevistas é confuso o número de crianças, aparentemente a cada ano os festeiros colocavam mais bandeiras ou mais meninas, dependendo da condição financeira, mas o imperador por muito tempo era apenas uma pessoa com um pajem, depois é que a figura da imperatriz aparece. A condição financeira dos festeiros definia o tamanho da corte, pois é bom lembrar que os festeiros se responsabilizavam pelos trajés.

⁵ Estamos falando da Festa do Divino Espírito Santo que ocorre em lugares como Santo Amaro, Palhoça, Ribeirão da Ilha, espalhadas pelo litoral catarinense.

Com o tempo foram aparecendo mais damas e pajens, compondo uma corte mais elaborada e tomando o lugar das meninas de faixa vermelha, com trajes que remetiam a monarquia europeia, como segue atualmente, como pode ser observado na figura 10, da festa de 2019.



FIGURA 10 – Corte completa de sábado 01/06/2019. Acervo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos.



FIGURA 11 – Corte completa da festa de 1951. Acervo pessoal de Osni Machado.

Observando a figura 10, da festa de 2019, e a figura 11, da festa de 1951, a simplicidade e estrutura são pontos de destaque entre as duas cortes. O imperador da figura 11 é uma menina, já que não existia a figura da imperatriz na Festa do Divino de São José nesse período. Na imagem está como imperador dona Maria Luci, uma das entrevistadas desse trabalho. As vestes também chamam a atenção, com tecidos mais finos e requinte, a corte da figura 10 remete mais aos trajes das monarquias europeias.

Como ressaltado anteriormente, a corte não tem problemas em ter integrantes, as pessoas colocam nome em listas para participar em um dos dias de festa. A vontade de ser da corte se conecta com a ideia que Bakhtin (apud FLORES, 1997, p. 46), que apresenta as festas populares como um espaço onde as minorias se expressam, num momento de rompimento da rotina. O sujeito que durante o cotidiano tem um papel de menor destaque, se torna o centro da cultura durante as festividades. Durante a festa há uma hierarquia que está no cotidiano e, de certa forma, é reproduzida naquele momento. Contudo, esse espaço também é uma oportunidade para quem está em nível social inferior e consegue alçar a outro nível dentro da hierarquia imposta. Sendo assim, várias pessoas almejam ser da corte, porque é uma forma de distinção social.

Conforme destacado no primeiro capítulo, o povo tem mais engajamento para montar as festas do que o clero, que fica responsável apenas, na maioria das vezes, pela parte litúrgica e sacramental que envolve a Igreja Católica como religião, a festa no âmbito sagrado.

Além da participação no ambiente o envolvimento da comunidade é essencial para a realização da festa. É o que destaca o Pe. Neri Hoffmann, pároco da Paróquia de São José por 25 anos, de 1976 a 2002.

A gente teve essa graça de criar o espírito paroquial! E que a igreja, a igreja mãe, a sede paroquial, e todas as comunidades participavam. Cada um fazia acontecer no seu espaço, no seu espaço, o trabalho que vinha para a igreja mãe, que era a Igreja Matriz. Que conseguiu criar esse espírito paroquial. Como naquela época, naquela época, como paróquia, comunidade de comunidades, naquela época! Hoje tem um documento do Papa Francisco, intitulado Paróquia: comunidade de comunidades; e naquela época a gente já tinha essa experiência.

(Padre Neri Hoffmann, entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos, 25/06/2019)

Os participantes da comunidade católica é denominado como leigo⁶, mas também pode ser chamado de fiel, paroquiano e até servo, que passa a receber mais destaque após o Concílio Vaticano II⁷ em 1961. Os leigos são a base da estrutura da instituição, o motivo pelo qual o clero desempenha seu papel de evangelização. Termos como paroquianos, servos e fieis são nomenclaturas também utilizadas para se remeter aos participantes da paróquia.

A paróquia é a junção das comunidades dentro de um determinado perímetro, mas que tem como referência a matriz, a primeira da qual todas se originaram. O termo “comunidade de comunidades”, que o entrevistado Pe. Neri Hoffmann destaca acontecer em São José na década de 1970, remete ao documento na CNBB⁸ (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil) “Comunidade de comunidades”. O documento tem base na fala do Papa Francisco sobre a vida em comunidade, evidenciando a vida em paróquia, composta por inúmeros fieis que auxiliam na sua organização voluntariamente.

O ato de trabalhar na festa, a partir do início da década de 2010 não pode ser chamado de voluntário, mas de servo. A proibição do termo voluntário, substituído pelo servo, não tem nenhum documento que respalde, apenas a fala dos repetidos párocos que estiveram na paróquia, os quais não prestaram qualquer esclarecimento para esta pesquisa.

A denominação “servo” está ligado ao ato de servir, o que é bastante rotineiro dentro das falas dos movimentos da Igreja Católica, que com palavras bonitas apresenta ao fiel como quem se entrega, sob diversas passagens bíblicas que destacam os servos como pessoas que servem a Deus com promessas de recompensas futuras, tanto terrestre quanto celestes.

⁶ Segundo o site de Formação da Canção Nova. Disponível em: <https://formacao.cancaonova.com/vocacao/missao-dos-leigos-na-igreja/?fb_comment_id=1580565775317921_1984134954960999>. Acessado em: 15/11/2019.

⁷ Concílio Vaticano II – Convocado em 25 de dezembro de 1961, através da bula papal "Humanae salutis", pelo Papa João XXIII.

⁸ Segundo o site da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://arqrio.org/formacao/detalhes/74/comunidade-de-comunidades-uma-nova-paroquia>> Acessado em: 13/11/2019.

A nomenclatura advém do momento que a Igreja teve muito poder, a Idade Média. E não é perceptível a historicidade desse conceito no nosso dia a dia, no nosso cotidiano. As vezes não entendemos de onde vieram determinados conceitos, apenas repetimos.



FIGURA 12 – Equipe de trabalho da carne de sol 03/06/2019. Acervo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos.

Os participantes são sujeitos sociais que auxiliam na elaboração da história cultural da festa, a partir das suas diferentes perspectivas dos acontecimentos e rituais. Construindo, assim, uma identidade para a manifestação cultural em questão, estreitando os laços entre os sujeitos presentes. As festas populares em geral contêm seus lugares e os agentes que os compõe entre os lugares sagrados/sérios e profanos/rua. Conforme cita Maria Bernardete Flores (1997), na introdução do livro “A farra do boi”, sobre as acepções de Bakhtin e seus estudos sobre os espaços no Carnaval que podem se encaixar em outras festas populares, como indica. Do padre ao voluntário que varre a rua, os espaços e posições hierárquicas são disputadas como um jogo de poder e influência no espaço da festa e da sociedade.

Segundo João José Reis (apud JURKEVICS, 2005, P. 75), como citado no primeiro capítulo deste trabalho, os festejos religiosos são a oportunidade de conexão entre o humano e o mítico/sagrado, minimizando a distância entre

⁹ Sinônimo de servo. Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/servo/>>. Acessado em: 15/11/2019.

esses dois polos. Na Festa do Divino essa conexão tem a bandeira como símbolo de devoção, um objeto sagrado, como pode ser observado na figura 13, onde servas beijam a pomba da ponta da bandeira.



FIGURA 13 – Passagem da bandeira. Festa do Divino Espírito Santo 2018 – Paróquia de São José. Acervo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos

Passar a bandeira e beijá-la é uma das formas de exemplificar a devoção que está presente na religiosidade popular. Outro exemplo são as massas, promessas que os fiéis fazem para o divino. A pessoa tem um problema no pé, faz uma promessa para ficar bom, e no ano seguinte após a cura faz um pão especial no formato do pé e pede para ao imperador abençoar, como pode ser observado na figura 14.

A crença é o elo para todo o trabalho feito, sendo o ápice de toda a cerimônia. Devoção caracteriza a pluralidade do seu uso, que a partir de sua conceituação e interpretação criam essa relação com o divino.

Segundo autor José Carlos Pereira (2003), no artigo “A linguagem do corpo na devoção popular do catolicismo”, o termo devoção tem uma carga pejorativa criada pelo clero durante o período colonial, que vivia ainda sob os moldes do regime medieval. A partir do Concílio Vaticano II, o momento em que os leigos ganham destaque e a liturgia¹⁰ recebe tem uma renovação em

¹⁰ Liturgia: Ritos que acontecem durante as celebrações.

sua estrutura. Para Pereira (2003, p. 68), a devoção do povo categorizada como “religiosidade popular”, de certa forma ainda é marginalizado.



FIGURA 14 – Massas da Festa do Divino 02/06/2019. Foto: Acervo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos.

A devoção popular, observada durante a Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José, aparenta ser passada entre gerações, principalmente por ser uma festa de muitos anos. As pessoas trabalham na festa, quando respondem o porquê de trabalhar tanto, com sorriso respondem que é pelo Espírito Santo, num sentimento de doação do seu trabalho e tempo para o mítico. A bandeira é o principal objeto dessa devoção. Segundo anotações da pesquisa, é notório a emoção das pessoas durante a passagem nas casas e nas celebrações da festa. O respeito e carinho são nítidos, como se percebe no momento em que acreditam que ao tocar na bandeira estariam na presença no Espírito Santo, a terceira pessoa da Santíssima Trindade.

2.2. A principal mudança

A Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José, desde o ano de 1977, acontece quarenta dias após a Páscoa, um fim de semana antes da festa litúrgica de Pentecostes, a descida do Espírito Santo no Cenáculo sobre

Maria e os discípulos¹¹, a promessa que Jesus faz antes de subir aos céus¹². Esta antecipação da data ocorreu de forma com que a festa fosse adaptada para a conjuntura que estava passando, momento que as paróquias precisavam de dinheiro a mais que o pequeno dízimo para viver, dependendo das festas; além do crescimento da cidade e a necessidade de um símbolo de suas origens.

Nesse sentido, são importantes as considerações de Eric Hobsbawn (2015) sobre as transformações dos costumes, que estão em constante inovação com o tempo, seguindo as mudanças sociais, políticas e econômicas dos lugares. Na Festa do Divino, na Paróquia de São José, as mudanças reestruturaram uma grande parte da festa, que representou sua ampliação e maior divulgação.

2.2.1. Antes de 1977

O panorama das edições da festa antes de 1977 é diferente do que é visto atualmente. Os festejos eram simples e intimistas, poucas pessoas de fora da comunidade participavam. Sem registros esclarecedores no livro tomo paroquial ou em outras fontes como jornais, o meio para busca-los foi por meio de entrevistas com membros da comunidade que viveram esse período.

No momento pré 1977, a Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José acontecia em dois fins de semana, como destacado anteriormente. Segundo a senhora Maria Luci, a sequência de fins de semana era com festeiros diferentes: “tinha a festa do Divino, aí no domingo era anunciado o novo imperador. Aí no domingo seguinte era só sábado e domingo, da Santíssima Trindade, era com o imperador novo já. ” Continuando sua fala, a entrevistada afirmou como as pessoas se preparavam, com cavalos e carroças enfeitadas para passear na praça.

A estrutura que a festa tinha era de menor proporção, em conversa com seu Osni Machado, explicou como era a estrutura simples do sistema de barracas.

E fora, o que se tinha eram barraquinhas, pequenas barracas. Se bem que o lado da igreja, o lado esquerdo da igreja sempre foi feito uma barraca grande que cobria a área ao lado da igreja

¹¹ Pentecostes: At: 2,1-11

¹² Ascensão do Senhor: At: 1,1-11

e até o meio da rua, naquela época não tinha movimento era fácil fazer isso, deixava até metade da rua a barraca na ponta. (Osni Machado, entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos, 10/08/2019)

A Festa do Divino Espírito de São José era apenas um pequeno festejo comunitário que circundava a Igreja Matriz com simples barracas feitas de bambu.



FIGURA 15 – Largo da Matriz sob a perspectiva da Casa da Câmara e Cadeia. Destacado com um círculo está a casa paroquial, local onde era o império até 1976. Foto: Biblioteca do IBGE / Acervo de: Osni Machado.

Conforme pode ser observado na figura 15, o local que ficava o império se localizava era de frente para a praça, uma das salas da casa paroquial, onde os padres moravam. Era uma sala mais simples e afastada das barracas da festa, que ficavam ao lado da igreja, mas que tinha uma decoração simples e as massas.

Entre as entrevistas e as anotações de pesquisa, é evidente o quanto a Festa do Divino Espírito Santo tinha um valor mais religioso do que profano. Nesse momento a liturgia, os festejos religiosos, eram mais importantes do que barracas. Com o tempo é que alguns bailes são encontrados entre os panfletos de divulgação, uma forma de arrecadação prévia.

2.2.2 As mudanças de 1977

Com a chegada do novo pároco, Pe. Neri José Hoffmann, em dezembro de 1976, uma análise foi feita sobre a Festa do Divino Espírito Santo. Segundo contado em entrevista, a festa ocorria durante dois domingos: Pentecostes e Santíssima Trindade, dentro do calendário litúrgico católico; contudo as datas batiam com as Festas do Divino do município de Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, respectivamente.

E a gente tendo a experiência de Palhoça e tendo a experiência, a vivência, da Festa do Divino em Santo Amaro da Imperatriz, a gente se apercebeu que a... o foco, ele ia para Santo Amaro na festa do Espírito Santo e ia para a Palhoça na festa da Santíssima Trindade. Então, havia um esvaziamento total em São José, porque não havia uma estrutura onde pudesse acontecer a festa. (Padre Neri Hoffmann, entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos, 25/06/2019)

Tal análise foi feita a partir da experiência que o então pároco adquiriu em sua passagem pela Paróquia Bom Jesus, Palhoça, e a proximidade com a Paróquia Santo Amaro, no município que leva o mesmo nome. Como Festas do Divino seus principais símbolos e objetivos são os mesmos, entretanto a dimensão das festas era maior, chamando o público além das fronteiras da paróquia. Sendo assim, por ter uma menor dimensão em termos sociais, São José fazia um festejo simples e local (bodo).

Então, conversando com o casal imperador, na época, e com a comunidade, a gente resolveu marcar uma outra data. E nós, então, para não fugirmos muito da época, nós resolvemos antecipar para o domingo da Ascensão. (Padre Neri Hoffmann, entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos, 25/06/2019)

A alteração de data logo aconteceu, por um motivo comercial para evitar a concorrência com outras duas grandes festas. A festa é a principal renda da Paróquia e a única para a Matriz, meio financeiro que mantém os gastos maiores durante o ano, tendo em vista que a contribuição do dízimo¹³ não é fixa. Ascensão, como o entrevistado indica, é o domingo que antecede Pentecostes, portanto fica no mesmo período em que a festa já acontecia, entre os meses de maio e junho. No livro tombo não é discriminado como aconteceu tal conversa e transição, mas contém a extensa programação, o rendimento e o relato:

¹³ Dízimo: contribuição que os fiéis doam para a igreja, sem a obrigação de pagamento ou valor.

11,12 e 13 de junho – Festa do Divino Espírito Santo. Imperatriz: Evanilda Maria Koerich. Novo imperador: Sr. José Jorge. Muita movimentação, alegria. A renda foi de C\$ 85.130,78 (livre). Contamos, com alegria, o trabalho dos casais do Encontro de Irmãos, do Apostolado da Oração e presença de muitos que não se faziam mais presentes. A festa seguiu a programação anexa.
(Livro tombo 1965-1990 – sem numeração de páginas)

O rendimento da festa anterior não consta no livro tombo, nem a divulgação, o que dificulta uma comparação; contudo em entrevista o padre Neri destacou uma comparação a partir da venda de cervejas de 1976 para 1977:

Na festa de 1976; isso é testemunho Sell e Cia, na época, que era vendedores de bebida da Antártida; eles venderam na festa toda, nos dois finais de semana, quatro engradados de cerveja. Em 1977, com a troca da data, nós vendemos sessenta.
(Padre Neri Hoffmann, entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos, 25/06/2019)

Com a citação destacada pode ser observado o impacto materializado que a festa teve no comércio da região e na comunidade. Um dos exemplos do comércio regional citado dos depósitos Sell e Cia, que infelizmente não disponibilizou seus arquivos para a pesquisa sobre a logística durante esse período, mas que ampliaram ainda mais sua estrutura de venda nesse período do ano.

A festa de 1977 foi algo inédito que chamou o público para o Centro Histórico. E trouxeram ainda a corte para o centro da festa, tirando da casa paroquial mudando para o Salão Boaventura, que fica mais próximo “Nós introduzimos o império dentro da festa, que o império era isolado [...]. Então esta dimensão religiosa junto com a dimensão social”, como afirma Pe. Neri Hoffmann; buscando a interação das pessoas com a corte, um dos principais símbolos, que realmente cresce com o passar dos anos.

A Festa do Divino Espírito Santo em São José após as alterações de 1977, se transformou com o passar dos anos. Foi agregado mais festeiros durante um período, a participam do poder público foi mais eminente, as estruturas se expandiram, fazendo com que os festejos tomassem uma proporção municipal.

Capítulo 3. Reflexos das Mudanças

Com o terceiro e último capítulo as transformações da Festa do Divino Espírito Santo de São José são discutidas nos seus âmbitos e como se tornou um símbolo municipal após sua reestruturação. A cada década uma nova adequação era feita para otimizar a festa. Atualmente, registrada como patrimônio imaterial, os festejos do Divino são vistos como um resgate as origens de base açoriana, momento em que a comunidade reafirma sua identidade cultural. No ano de 2014, após a constituição da lei nº 5.314/2013,

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial Intangível do município de São José com as seguintes finalidades:
I - conhecer, identificar, inventariar e registrar as expressões culturais do Município como bens do patrimônio de natureza imaterial;

II - apoiar e fomentar os bens de patrimônio de natureza imaterial registrados, criando condições para a transmissão dos conhecimentos a eles relacionados no âmbito do município;

III - criar incentivos para promoção de uma rede de parceiros que possam contribuir para a realização dos objetivos do Programa;

IV - apoiar e fomentar a salvaguarda, o tratamento dos acervos documentais e etnográficos e o acesso a estes, franqueando sua consulta a quantos dela necessitem;

V - apoiar a realização de estudos e pesquisas relacionados ao tema do patrimônio de natureza imaterial;

VI - desenvolver programas de educação patrimonial visando à valorização e difusão do patrimônio de natureza imaterial.

Art. 2º O patrimônio de natureza imaterial do Município é constituído por bens de natureza imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, de acordo com o art. 216 da Constituição Federal, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

(Lei 5.314/2013)

O terceiro e quarto artigo determinam onde será o registro dos rituais e o título que a manifestação cultural recebe.

Art. 3º Fica instituído o Registro de Bens do Patrimônio de Natureza Imaterial.

§ 1º O registro far-se-á nos seguintes livros:
I - Livro de Registro dos Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades.

II - Livro de Registro das Celebrações, no qual serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social da cidade;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual serão inscritas manifestações literárias, musicais, artísticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro de Sítios e Espaços, no qual serão concentradas e reproduzidas as práticas culturais coletivas.

§ 2º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituam o patrimônio cultural de São José e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo anterior.

§ 3º O registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem imaterial e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da cultura da cidade.

Art. 4º Aos registros efetivados pela administração municipal, será concedido o Título de Bem do Patrimônio de Natureza Imaterial da Cidade de São José.

(Lei 5.314/2013)

Os artigos finais indicam de que modo pode ser solicitado um registro de uma expressão cultural imaterial, prevendo as instâncias e processos que passará.

Art. 5º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro

I - a administração municipal, por seus órgãos e colegiados;

II - as associações civis regularmente constituídas;

III - a população por subscrição mínima de dez mil signatários;

Art. 6º Os bens patrimoniais de natureza imaterial inscritos serão reexaminados e relacionados em rol próprio a cada dez anos.

Parágrafo Único - Negada a revalidação, será mantido o registro como referência cultural de seu tempo.

Art. 7º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas a Fundação Municipal de Cultura e Turismo, para deliberação da Fundação Municipal de Cultura, sendo que esta sempre que necessário, orientará os proponentes na montagem do projeto.

Parágrafo Único - A inscrição da proposta para registro constará da descrição pormenorizada do bem imaterial a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

(Lei 5.314/2013)

A Festa do Divino Espírito Santo foi registrada no “Livro de Registro das Celebrações” pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural (SERPPAC).

Festa do Divino Espírito Santo de São José

Conforme a lei nº 5.314 de 26 de julho de 2013, que institui o programa municipal de proteção e conservação do patrimônio imaterial ou intangível do município de São José e normativa 001/2014 que instrui sobre os procedimentos para instauração de processo administrativo de registro dos bens culturais da natureza imaterial, fica inscrito no livro das celebrações do Serviço de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de São

José. A Festa do Divino Espírito Santo de São José como patrimônio cultural imaterial do município.

Devido as suas peculiaridades caracterizadas pela religiosidade e pelas vivências coletivas, o bem em questão passa a receber oficialmente a outorga de “Patrimônio Cultural” por seu valor histórico e pela sua importância na identificação cultural de seu povo. A descrição do bem, assim como sua pesquisa histórica e recomendações de salvaguarda, encontram-se no parecer do SERPPAC 001/2014.

São José, 16 de maio de 2014

Rafael Barcelos Martins – coordenador do Serviço de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de São José.

(Texto do Livro das Celebrações – SERPPAC/FMCT)

Esse processo teve início com uma pesquisa técnica e histórica das expressões culturais que resgatassem a identidade do município, sob documentos e depoimentos coletados. Na documentação, disponível no Museu Histórico Municipal de São José, há uma justificativa para o pedido de registro, que afirma que a solicitação de registro partiu da própria Fundação Municipal de Cultura e Turismo por ser uma manifestação cultural bem preservada até o presente momento.

Após a principal mudança na década de 1970, pelo Padre Neri Hoffmann, o bodo simples transformou-se em uma festa que se expandiu na divulgação, estrutura e participação do povo. As mudanças nos festejos acompanharam as mudanças da sociedade. A necessidade de ter atrações para atrair o público, uma divulgação mais incisiva e presente na comunidade, melhora na estrutura para acomodar a todos qualquer que seja a previsão do tempo. A Festa do Divino Espírito Santo se focou em atender o público que a prestigia, para o melhor conforto e lazer. Essas mudanças começaram a ser feitas após a prática de reuniões de “feedback”, onde as lideranças apontam o que pode ser feito melhor, o que pode manter; a opinião dos servos que vivem a festa de uma forma mais intensa. As opiniões são analisadas e algumas melhorias pontuais passaram a ser feitas para otimizar a estrutura e diminuir os custos.

As mudanças podem ser observadas nos panfletos das edições. A simplicidade dos panfletos de 1977 (figura 16) vem dos anos anteriores e seguiu até o começo do século XXI. A partir dos anos 2000 umas novas formas de fazer os panfletos com a programação das festas são feitas (figura 17). A programação, com o cronograma das atividades da festa, não é mais

apresentada numa folha inteira, mas num livreto com o histórico da festa e com as orações. Consideramos, que trazer o histórico da Festa do Divino para os cronogramas é uma forma de valorização da festa como uma tradição cultural da comunidade de São José.

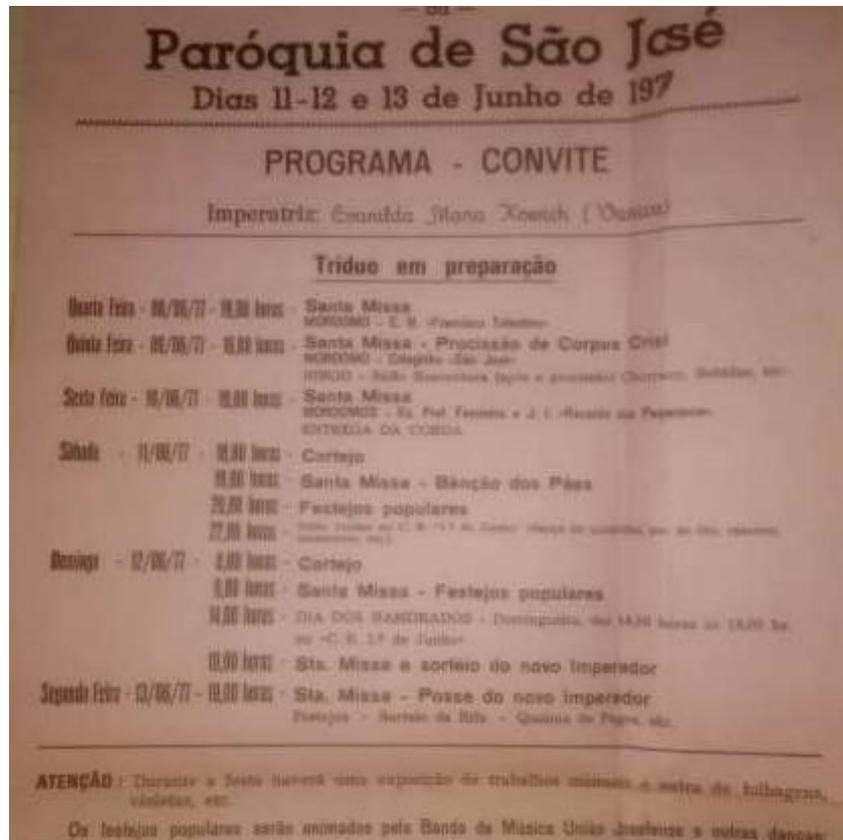


FIGURA 16 – Panfleto Festa do Divino Espírito Santo de 1977. Acervo: Livro Tombo Paróquia de São José.



FIGURA 17 – Panfleto Festa do Divino Espírito Santo de 2019. Acervo: Fernanda Bruggemann dos Santos

Atualmente a Festa do Divino Espírito Santo começa a ser montada desde o começo do ano, como a demanda de todo festejo que acontece durante mais de um dia. ¹⁴ A logística para sua organização depende da Paróquia de São José e o casal imperial da edição, que é previsto no dossiê de

¹⁴ Essas informações têm origem nas anotações de pesquisa de campo realizadas durante a festa.

registro do Serviço de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural (SERPPAC), que pertence a Fundação Municipal de Cultura e Turismo (FMCT):

1. Paróquia de São José e Família Imperial:

1.2 É de responsabilidade da família imperial:

- Criação e desenvolvimento da identidade visual da festa, destacando um dos símbolos Festa do Divino Espírito Santo: como o Espírito Santo, a bandeira, a coroa.
- Contratação de serviços como fanfarras, decoração e preparação das cortes;
- Organizar os cortejos de cada dia de festa.

(SERPPAC – FMCT)

Os festeiros têm suas responsabilidades focadas nas partes diretamente ligadas ao rito, como a corte e decoração. Em conjunto, as duas partes decidem o que está relacionado ao rito e cronograma.

Em conjunto, a Paróquia de São José e a família imperial preparam o cronograma da festa, com auxílio do responsável da liturgia paroquial. Após o desenvolvimento da arte e a elaboração do cronograma, ambos divulgam a manifestação cultural, pelo comércio, nas celebrações e na mídia. Para angariar fundos para a festa, a paróquia e a família imperial se unem para promover eventos.

(SERPPAC – FMCT)

Não previsto no documento, mas a Paróquia tem responsabilidade sobre as licenças com o poder público, estrutura física e logística de compras. Moacir da Silva, administrador da Paróquia de São José, está à frente da organização da Festa do Divino Espírito Santo há cerca de oito anos, após sua experiência como festeiro.

Quando começam os preparativos, começam praticamente quando termina outra festa. Por quê? Por mais que eles sejam mais intensos quando vai chegando ao final do ano anterior, então aí cinco seis meses antes, mas já começa a organizar uma série de coisas, né. [...] E aí, já começa a organizar tudo apenas o que nós vamos fazer. Já começa a buscar possíveis apoios já pensado nas alterações que têm que ser feitas na estrutura. Eu diria sinal oito meses bem trabalhado, sim, para chegar nesse tamanho, demanda uma logística bastante grande. Porque a festa do Divino de São José é diferente da Festa do Divino, por exemplo, de outras cidades onde elas têm uma estrutura instalada.

(Moacir da Silva. Entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos. 05/09/2019)

A Festa do Divino Espírito Santo demanda todo esse tempo de organização por conta da proporção que se transformou. Não só a estrutura da festa cresceu, mas também a decoração e vestes da corte. Um requinte passou a se superar a cada edição.

Vamos lá, quando a pessoa e o festeiro com certeza já vão ver roupas no primeiro mês. Já vai definir o padrão das roupas, já começa a esboçar o que é a parte do festeiro hoje que já está um pouquinho mais pesada. No nosso caso específico, já começa uma série de preocupações já no dia da festa, né. Primeiro quem é o próximo festeiro. Porque a manutenção da festa pressupõe um novo festeiro.

(Moacir da Silva. Entrevistado por Fernanda Bruggemann dos Santos. 05/09/2019)

O aumento do luxo, do requinte, dos valores gastos necessários e a competição silenciosa entre os festeiros, fez com que fosse um compromisso que ninguém mais queria assumir. A cada ano os festeiros não querem estar mais simples ou com menos ornamentos do que o ano anterior para não ter comparações. Essa prática é observada na preparação da festa, no cuidado de observar os trajes, decoração, que é sempre com os mesmos fornecedores, mantendo um padrão. E como o entrevistado Moacir da Silva afirma no trecho destacado, o casal imperial é uma parte essencial da organização. Durante as décadas de 1990 a 2000, Padre. Neri Hoffmann criou os festeiros de São José. O registro do motivo de ter mais festeiros a parte do casal imperial não está em livros tombo, mas em uma conversa não gravada, em que algumas anotações de pesquisa que foram feitas. Os festeiros de São José eram escolhidos pela união da Festa do Divino com a festa de São José. A festa do padroeiro da paróquia acontece dia 19 de março, período de quaresma. Aproveitando que dia 01 de maio é de São José Operário, o mesmo São José comemorado dia 19, Padre Neri Hoffmann decidiu unir as duas festas. Assim, o casal imperial da Festa do Divino Espírito Santo cuidava da corte e decoração, enquanto os festeiros de São José dos outros setores da festa, o que atualmente a paróquia cuida.

Após alguns anos esses festeiros de São José foram retirados das edições, e voltou a ser apenas o casal imperial da Festa do Divino Espírito Santo. Mas, ainda era difícil custear os festejos. Portanto, esse espaço começou a ser preenchido por pessoas com um perfil específico, muitas vezes por pessoas importantes, com recursos financeiros, ou políticos.

3.1. Usos da Festa

Abaixo temos destacado festeiros a partir dos anos 1851 a 2019, momento que a Festa do Divino Espírito começa a tomar uma proporção de

símbolo municipal de origem açoriana. Mas observando a lista, é notório o uso da festa como uma tática de destaque social e político na comunidade, principalmente em uma festa que remete aos colonizadores.

Em alguns anos da lista de festeiros podemos observar sobrenomes de famílias de empresários, deputados, prefeitos e vereadores, por exemplo: Germano Vieira - político (2001); Carlos Eugêino Koerich – empresário (1996); Leandro Ibagy – empresário (2008); Renato Hinning – deputado estadual (2013); Adelina Del Pont – atual prefeita (2014). Os citados são alguns dos nomes que compõe a elite política e social da cidade, de forma que o espaço de festeiro tronou-se elitizado e inalcançável pelos fiéis. Os poucos nomes de pessoas da comunidade, pastorais ou grupos de festeiros, alguns são de momentos que não existia um casal imperial e a organização precisou buscar alguém, dando apoio durante o ano com auxílio financeiro para o custeio e preparativos.

Justificando os usos da festa, Roger-Gerald Schartzberg (apud SERPA, 2009, p. 09), a sociedade é um espetáculo composto por personagens e público. Na obra de 1977, o autor escreve sobre o espetáculo ser o poder, principalmente político, antes movido pelas ideias e atualmente por pessoas. Portanto, o espetáculo que são as festas, movidas pelo poder político. Sob análise, a Festa do Divino Espírito Santo e sua lista de festeiros, apresenta políticos e empresas fazendo uso da manifestação cultural como uma autopromoção no cenário local. Tal prática já é conhecida pela comunidade e esperada a cada ano.

O uso das festas populares para promoção própria transcende o conceito de açorianidade, o resgate cultural açoriano difundido nos anos de 1980, depois de algumas décadas do I Congresso de História Catarinense. Segundo anotações de pesquisa, há registros no livro tomo onde figuras públicas importantes estão em um lugar de destaque em festas da Paróquia de São José, como Jorge Bornhausen, governador de Santa Catarina entre os anos de 1979 a 1982.

Observando os motivos para o uso da Festa do Divino Espírito Santo como meio político, parte da necessidade de aproximação com o povo através de uma festa que resgate as origens colonizadoras da região. A mudança de 1977 fez com que a Festa do Divino de São José se tornasse um símbolo

municipal, em um momento que a região da Grande Florianópolis buscava rever suas origens.

3.2. Símbolo Municipal

No ano de 2010, a lei municipal 5.314/2010 criou uma legislação sobre os patrimônios imateriais de São José. Sendo a Festa do Divino Espírito Santo a primeira a ser registrada, atualmente conta com uma ajuda financeira da Prefeitura Municipal de São José. A festa, com o passar dos anos se transformava gradativamente em um símbolo municipal, mas com o registro de manifestação cultural potencializou essa relação com o povo. Um símbolo municipal parte do que molda a cultura do lugar, nesse caso a descendência que a região tem do povo vindo do Arquipélago dos Açores. Essa conexão com os ancestrais está ligada com um resgate cultural. Possivelmente, indiretamente o movimento de açorianidade influenciou nas mudanças desde a década de 1970.

Essa imagem que existe atualmente do ser açoriano é bastante recente. Segundo Hermetes Reis de Araújo (1989), em sua dissertação intitulada “A invenção do litoral”, mostra a construção da imagem “fatalista” em relação ao homem do litoral, aos açorianos e açorianas no início do século XX. No momento da Primeira República, a elite buscou moldar uma forma de diferenciar-se do restante da população a partir da construção de discursos e comportamentos apresentados como “civilizados”. Nesses discursos, que fomentaram práticas de intervenção no cotidiano das pessoas mais simples, a maioria na população, os descendentes de açorianos foram construídos como indolentes, fadados ao fracasso econômico quando comparados aos habitantes das áreas de colonização alemã, como Blumenau e Joinville. Essa comparação entre o norte e o litoral do estado de Santa Catarina era justificada por conta de suas atividades econômicas: norte com a indústria têxtil bem desenvolvida, enquanto o litoral, principalmente na ilha, o foco era a pesca e agricultura, atividade importante, mas desvalorizada pelos defensores das atividades industriais (ARAÚJO, 1989, p. 14).

Essa comparação entre litoral e norte tem por base os escritos dos “arautos da civilização” que valorizavam a industrialização como indicador de progresso e civilização. Porém, durante o governo de Getúlio Vargas, no contexto da segunda guerra mundial, com declaração do governo brasileiro de

guerra ao eixo, Alemanha, Itália e Japão, se reforçou política nacionalista, que valorizou a colonização portuguesa. Assim, nesse momento, a colonização açoriana foi valorizada. Segundo Flores (1997; p. 124) durante esse período foram realizados todos os esforços dos intelectuais de origem portuguesa para explicar o porquê do fracasso econômico da colonização açoriana no litoral catarinense. Nesse sentido, os estudos mostram que se não houve sucesso econômico, houve a criação de cultura, reconstruindo-se um passado cultural e folclórico, que de acordo com Flores, pode nem ter acontecido no Brasil (FLORES, 1997; p.145). E esse foi o objetivo do I Congresso de História Catarinense, de 1948, criar um novo homem do litoral, justificando o fracasso econômico e exaltando os aspectos açorianos na cultura, produzindo a valorização da “açorianidade”. Essa valorização e resgate da cultura açoriana é acompanhada da invenção de tradições, para legitimar a importância da “herança cultural açoriana”.

Cabe destacar, que no congresso os estudos buscavam os motivos pelo qual a cultura açoriana era rebaixada perante a cultura alemã, apresentando as dificuldades enfrentadas no começo da colonização. Segundo Flores (1997; p. 123) os historiadores, os escritores e os folcloristas que participaram do evento, justificavam que o fracasso econômico da colonização se deu por várias razões. Após a chegada ao litoral catarinense, dos colonos vindos dos Açores e da Madeira, os governantes que representavam a Coroa Portuguesa não cumpriram as promessas realizadas como: a doação de sesmarias; o fornecimento de ferramentas e da farinha para alimentação no primeiro ano. Esse desamparo governamental aliado as características do solo, que era com mangues ou arenoso para plantação de trigo, e a obrigação de abastecer as tropas do exército que passavam pelo sul do Brasil representaram o atraso econômico da região, retirando a culpabilização da índole açoriana, e não os açorianos.

Após o I Congresso de História Catarinense, os açorianos e sua cultura foi muito valorizada, contando com o apoio de intelectuais e fortaleceu-se a açorianidade da cultura catarinense. Além disso, a valorização das origens portuguesas e/ou açoriana e os embates entre açorianidade (brasilidade) e germanidade apareceram nas disputas pelo poder político em Santa Catarina (FLORES, 1997; p. 133).

Nesse movimento, de resgate das origens açorianas, tradições foram selecionadas para serem destacadas, como afirma Raymond Willians (apud FLORES, 1997; p. 135), num senso de continuidade; tornando natural para os participantes. Tal seleção foi feita pela Comissão Nacional de Folclore, em um levantamento para a conscientização cultural de Santa Catarina, através do viés tradicional da época, coordenado pelo Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), sob o apoio de intelectuais como Oswaldo Cabral, Walter Piazza e Othon D'Eça.

O uso do conceito açorianidade para valorizar a colonização açoriana caracterizou os discursos dos acadêmicos a partir da realização do congresso na década de 1940, chegando a imprensa durante os anos de 1980, quando as propagandas sobre a região se intensificam para beneficiar o turismo local. Para a população esse movimento é apresentado apenas nos anos de 1990.

Entre as manifestações culturais açorianas que foram fortalecidas após a realização do Congresso, estava a Festa do Divino. Mas a festa, em cada comunidade assumiu, tem uma característica específica do lugar. Em São José, o poder público utilizou a ideia de cultura hegemônica açoriana, resgatando manifestações culturais, cujo resgate pelas origens aparece nos símbolos culturais municipais, destacado pelo registro de patrimônio imaterial. Como a lei 5.314/2013 é recente, há apenas outros dois registros de manifestações culturais josefense: o fazer do oleiro e a procissão Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos.

O entrevistado Carlos Eduardo Martins, conhecido como Caê, foi superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo entre os anos de 2014 e 2016, foi festeiro da Festa do Divino Espírito Santo de São José no ano de 2017 e hoje está como vereador de São José. Durante sua gestão, Caê foi o responsável, junto com o Serviço de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural (SERPPAC), pelo registro da Festa do Divino Espírito Santo de São José como Patrimônio Cultural Imaterial Municipal, no ano de 2014. Entrevistado para essa pesquisa, ele traduz a Festa do Divino nos papéis que ele vive na comunidade: como cidadão, como jornalista, como superintendente.

Em sua narrativa, Carlos Eduardo destacou os festejos como algo importante para a comunidade do Centro Histórico e região, mas que nas últimas décadas tem se expandido. A festa do Centro Histórico é a primeira

festa que tem sua relevância baseada na sua idade, importância cultural e presença na identidade cultural do município; fatores que fizeram com que fosse registrada.

Ela é uma festa da cidade! Ali tem a manifestação da fé para o católico. Há a manifestação de fé popular mesmo para aquele que não crê, mas ele tem um carinho e um afeto, até uma manifestação de fé não institucionalizada. Tem um reconhecimento cultural para aquele que não crê em nada, mas vê sua importância na dimensão histórica, simbólica e identidade cultural. E até mesmo aquele que vê essa festa como um ponto de comunidade.

(Carlos Eduardo Martins, entrevistado por: Fernanda Bruggemann dos Santos. 25/11/2019)[

O destaque na fala de Carlos Eduardo apresenta também como motivo de patrimonialização da Festa do Divino Espírito Santo. O festejo transcendeu o âmbito religioso e social, é uma festa popular, não só religiosa e voltada aos católicos.

A realização da Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José é uma quebra no cotidiano da comunidade, rompendo com a rotina. Um momento de memória, lembrando a cultura trazida pelos colonizadores da cidade. Em São José, a Festa do Divino Espírito Santo é um meio de resgate do que os açorianos que chegaram ao continente trouxeram consigo, está na base da construção da identidade açoriana cultural da cidade.

4. Considerações finais

A Festa do Divino Espírito Santo na Paróquia de São José passou por várias mudanças durante o século XX. Contudo, a principal delas ocorreu no ano de 1977, com a necessidade que Padre Neri Hoffmann teve para adaptar o bodo do Divino que concorria a atenção com outras Festas do Divino do continente, como Santo Amaro e Palhoça.

Durante o período de desenvolvimento deste trabalho, pode ser observado que com a reestruturação dos festejos, novos usos passaram a ser dados para quem a financiava, os festeiros, por ora feito apenas por pessoas da comunidade. Empresários e políticos passaram a assumir o papel de festeiros nas festas, se destacando socialmente, em uma espécie de autopromoção. É notório que participar de uma manifestação cultural que resgata as origens açorianas faz com que socialmente o indivíduo seja reconhecido socialmente.

A medida que o resgate das origens foi avançando no âmbito da imprensa, com a valorização do homem do litoral, com a valorização da expressão “sou daqui”, apresentando-se como o “nativo”, foi sendo difundida a cultura açoriana como “de origem” entre as pessoas das comunidades e os de “fora”. A identidade cultural das pessoas que são de São José, principalmente na delimitação geográfica que foi estabelecida, é regional e com relação de famílias entre gerações. “Ser daqui”, ser de São José é ter características como as dos manézinhos da ilha, crescer na região, viver costumes que advém dos colonizadores, ter o sotaque. Como por exemplo, é o morro de São José. Nesse espaço geográfico várias famílias foram se alojando em lotes, muitos já viviam na região. Pescadores, oleiros e comerciantes foram formando núcleos familiares e atualmente muitos são parentes e pessoas conhecidas há décadas.

A comunidade tem maneiras bastante conservadoras de se relacionar, buscando saber os antepassados das pessoas para criar vínculos, com um certo receio aos que chegam novos nos espaços comuns. O principal espaço para observar esse comportamento é a igreja, onde pode ser observada as relações da comunidade. Determinadas questões relacionadas a identidade

cultural de São José não puderam fazer parte dessa pesquisa, contudo, poderão ser retomadas em próximas pesquisas.

Por meio da pesquisa realizada acreditamos que foi constatado que o estudo de festas populares, que foram encrustadas nas bases culturais dos municípios da Grande Florianópolis, é necessário para que seja analisado quais os usos estão dando para esses eventos e como estão sendo apresentados.

A Festa do Divino Espírito Santo é uma das várias manifestações culturais de São José, contudo, nem todas foram registradas. Para estudos futuros é relevante questionar como foram os processos das outras manifestações culturais e porquê outras não foram registradas, como a festa do Bonfim. A Igreja do Nosso Senhor do Bonfim é uma pequena construção no morro de São José, a cerca de 230 metros da Igreja Matriz. A festa do Bonfim acontecia desde o começo do século XXI, na data de 31 dezembro e 1 de janeiro, na Igreja do Bonfim. Com a modernização das comunidades e as festas de ano novo começarem a ser longe do Centro Histórico, com a atenção voltada para as praias. Em meados da década de 1990, Padre Neri Hoffmann mudou os festejos para o mês de novembro, antes das festas de fim de ano. Contudo, com o tempo a festa foi sendo cada vez menor e acabou na primeira década do século XXI. Essa festa fazia parte da identidade cultural da cidade, sem vínculos diretos com os açorianos, como a Festa do Divino, mas uma importante manifestação cultural que não foi registrada pelo Fundação Municipal de Cultura e Turismo Municipal.

Essa e outras expressões culturais valorizadas na construção da “brasilidade” ligada as heranças culturais da colonização portuguesa é um desafio para os pesquisadores e pesquisadoras que buscam caminhar pelas histórias das invenções de tradições.

5. Acervos e Fontes:

Fontes:

LIVRO TOMBO número 5 da Paróquia de São José – São José/SC. 1967-1995.

LIVRO TOMBO número 6 da Paróquia de São José – São José/SC. 1996-2009.

Imagens do acervo pessoal de Fernanda Bruggemann dos Santos e Osni Machado.

Documentos:

CAMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ (Município). Lei nº 5.314/2013, de 30 de julho de 2013. **Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial Intangível do Município de São José**. São José, SC, Disponível em: <<http://leismunicipa.is/sojnt>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SERPPAC. **Dossiê de registro Festa do Divino Espírito Santo de São José**. FMCT. 2014.

Entrevistas:

- Carlos Eduardo Martins - 25/11/2019
- Eliete Gerlach Rilla – 25/08/2019
- Maria Luci Gerlach – 12/09/2019
- Moacir da Silva – 20/10/2019
- Pe. Neri Hoffmann – 25/06/2019
- Osni Antônio Machado – 10/08/2019

6. Bibliografia

ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In_*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. **As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res) significação da cultura**. Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro. v. 31, n. 65. 2018.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. **Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo**. Patrimônio: Lazer & Turismo: UNISANTOS. v.7, n. 10, abr/jun. de 2010, p. 99-113

CHARTIE, Roger. **Cultura popular: revisando um conceito historiográfico**. Rev. Estudo Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 8, nº 16. 1995. Páginas 179-192.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Comunicação, resistência e cidadania: As festas populares**. Revista Comunicação e Informação, vol. 9, nº 1. Jan-Jun de 2006. Página 111-117.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Sensibilidade em festa: celebrando o Espírito Santo no rio Grande do Sul**. Fênix – Revista de história e estudos culturais. Rio Grande do Sul, Vol. 3, ano IX, nº 1. Jan – abr de 2012.

HOBBSAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 10º ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2015.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar**. Revista Patrimônio e Memória: UNESP., v. 7, nº 1, jun de 2011. Página 134-150.

JURKEVICS, Vera Irene. **Festas religiosas: a materialidade da fé**. História: Questões e Debates: Curitiba, nº 43, Ed. UFPR. 2005. Página 73-86.

LUPI, João Eduardo Pinto Bastos. **A doutrina de Joaquim de Friore sobre o Espírito Santo.** In: ROSSATO, Noeli Dutra (org.) O simbolismo das Festas do Divino Espírito Santo. Santa Maria: UFSM/FAPERGS, 2003.

LUPI, João Eduardo Pinto Bastos. **Origens das festas do Divino Espírito Santo.** In: ROSSATO, Noeli Dutra (org.) O simbolismo das Festas do Divino Espírito Santo. Santa Maria: UFSM/FAPERGS, 2003.

NUNES, Lélia Pereira da Silva. **Caminhos do Divino: Um olhar sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Santa Catarina.** Florianópolis: Insular, 2007.

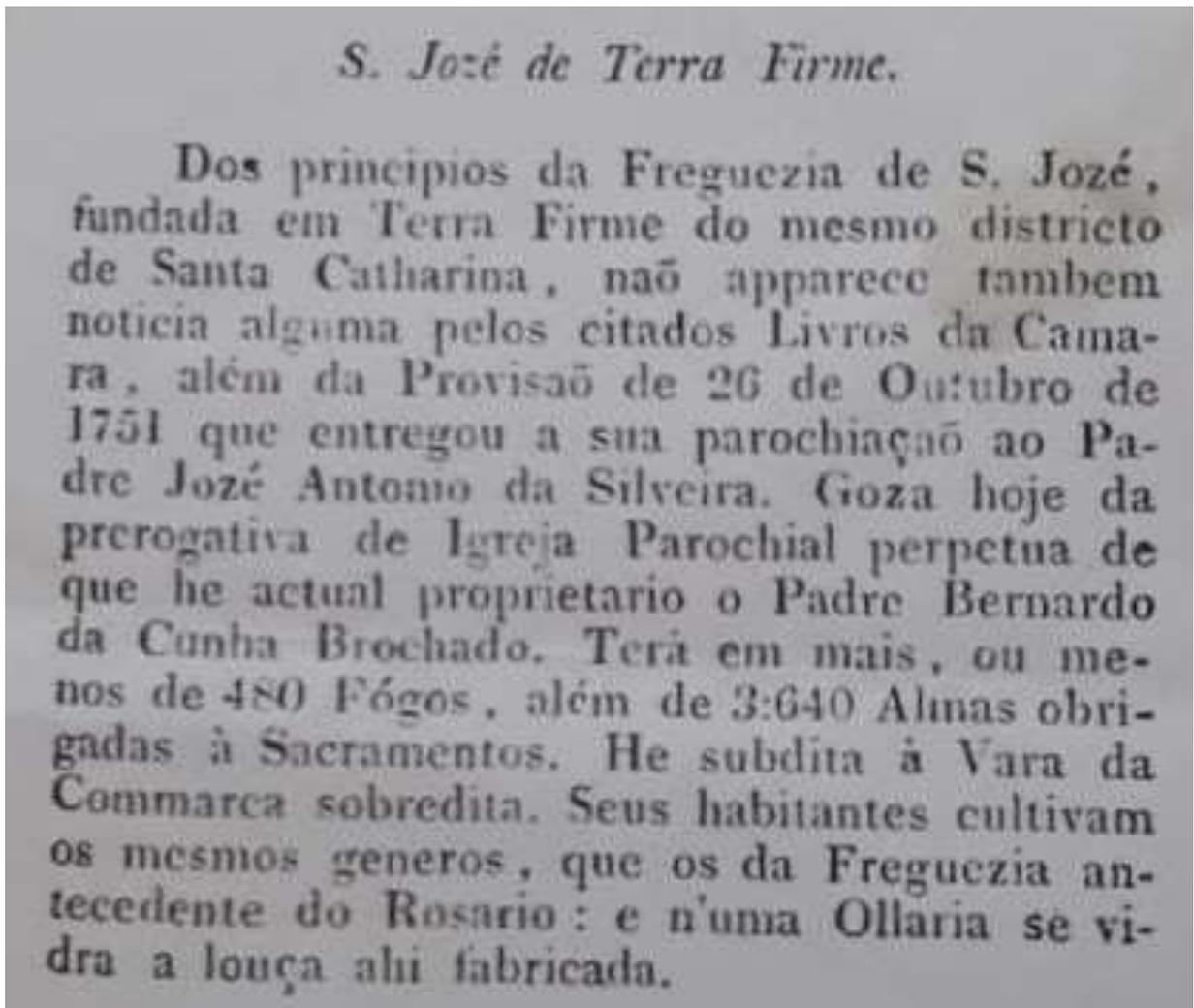
SERPA, Élio. **A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.** Revista de Ciências Humanas: Florianópolis: v. 14, nº 20. 1996. Página 63-79.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

7. Anexo

1. Relato sobre a freguesia de São José, citando a Paróquia e a renovação de sua provisão no ano de 1751.

ARAUJO, Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil. Rio de Janeiro – Impressão régia 1820.



2. Lista de festeiros da Festa do Divino Espírito Santo de São José

Lista de festeiros entre 1851 a 2019

- 1851 João Climaco Zuzarte e Jesuína Cândida de Carpe Zuzarte
- 1855 Antônio José da Costa e Ana Rosa da Conceição
- 1896 José Alexandre Martins
- 1899 -
- 1901 Joaquim Xavier de Oliveira Câmara e Ana de Barros Câmara
- 1902 Henrique Monteiro de Abreu

1903 Raul Tolentino de Souza e Maria Corina Capella de Souza
1904 Bernardino de Sena Vaz e Cândida Amélia de Jesus Vaz
1905 -
1906 Felipe Santiago das Neves e Maria Joana das Neves
1907 Fernando Caldeira de Andrada e Argentina Elvira da Silva Caldeira de Andrada
1908 João Vaz Sobrinho e Aice Andreza da Costa Vaz
1909 Felipe Petri e Margarida Philippi Petri
1910 Domingos Francisco da Costa
1911 José Antônio Vaz e Maria José Alves Vaz
1912 Tranquilino Ramos e Corina Ramos
1913 Amaro José Gonçalves
1914 Álvaro Tolentino de Souza e Estelina da Câmara Souza
1915 Manoel de Oliveira Ramos e Antônio de Carvalho Ramos
1916 João da Silva Ramos e Maria Adolfina Salles Ramos
1917 Raul Tolentino de Souza e Maria Corina Capella de Souza
1918 Domingos Filomeno e Lúcia Pandolfo Filomeno
1919 José Matias Zimmermann e sra.
1920 -
1921 Álvaro Tolentino de Souza e Estelina da Câmara Souza
1922 -
1923 -
1924 -
1925 João Febrônio de Souza e Basilissa Souza
1926 Francisco José Ferreira e Amélia Ferreira Duarte
1927 Eugênio Fagundes de Moraes e Auta de Medeiros Moraes
1928 Pedro Phillipi e sra.
1929 Jacinto José Pereira e Maria Joaquina Pereira
1930 Álvaro Tolentino de Souza e Estelina da Câmara Souza
1931 -
1932 -
1933 Urbano Müller Salles e Maria Emília Gamas Salles
1934 -
1935 Defendente Pedro Rampinelli e Gertrudes Sens Rampinelli
1936 José Natividade e Maria Isabel Natividade
1937 Álvaro Tolentino de Souza e Malvina Silva
1938 Mário Vieira da Rosa e Ester de Souza Oliveira
1939 José João da Silva e Lúcia do Livramento Mayvorme
1940 Gregório Evaristo Petri e Stella Cunha Petri
1941 Virgílio Kretzer e Ernestina Phillipi Kretzer
1942 Raulino Silva e Ondina Santos
1943 João Albino Ramos e Mara Minerva Ramos

1944 Amantino Goedert e Orlanda Goedert
1945 Paulino Hermes e Araci Bernardina Hermes
1946 Osvaldo Henrique de Carvalho Ramos e Herta Steinhoff Ramos
1947 Osny Câmara da Silva e Alberina Rampinelli Silva
1948 José Natividade e Maria Isabel Natividade
1949 João Pricent Koerich e Dária Merize Koerich
1950 João Santos da Silva e Diva Maria da Silva
1951 José Porto dos Santos e Antônia Argentina dos Santos
1952 Tomaz Gonçalves Perfeito e Mari Schimidt Perfeito
1953 Jaú Guedes da Fonseca e Paula Ilídia Guedes da Fonseca
1954 Arnaldo Souza e Gicela Destri de Souza
1955 José Francisco de Souza e Laura Souza
1956 Leopoldo Juttel e Maria Conceição Dias Juttel
1957 José Manoel da Silva e Osmarina Santos Silva
1958 Manoel Silva e Ada Ramos Silva
1959 Comissão da Matriz: representado por Aurino Ramos e Maria de Andrade Ramos
1960 Dinarte Claudio de Matos e Clara Maria Ramos da Luz Matos
1961 Carlos Kretzer e Ivete Coelho Kretzer
1962 João Pricent Koerich e Dária Merize Koerich
1963 Vendolino Roecker e Alaide Souza Roecker
1964 José Acácio Soares de Moreira Neto e Lourdes Alvez Moreira
1965 Jurandir Domingues e Irene Destri Domingues
1966 Arlete Perfeito e Maria da Graça Perfeito
1967 Solon Carvalho de Souza e Nilda Rosa Carvalho
1968 Alfredo Duarte e Diná Destri Duarte
1969 Cândido Amaro Damásio e Hildegarde Zimmermann Damásio
1970 José Destri e Nair Deschamps Destri
1971 João Ludivino Vieira Júnior e Olga Vieira
1972 Germano João Vieira e Leopoldina Vermohlen Veira
1973 Airton Oliveira e Arlene Phillipi Oliveira
1974 João Ludovino Vieira Junior e Olga Vieira
1975 João Acácio de Souza e Nilda Porto de Souza
1976 Galileu Aparecido de Freitas e Rose Marie Steinhoff Ramos de Freitas
1977 Evanilda Maria Koerich
1978 José Jorge de Melo e Olga de Melo
1979 Mário José Carneiro Rilla e Eliete Bianchini Gerlach Rilla
1980 Jacy Sebastião Destri e Lucy Koerich Destri
1981 Alceu José Platt e Léia Maria Camargo Platt
1982 Carlos Eugênio Koerich e Elenita Gerlach Koerich
1983 Jundir Ferreira Salles e Ana Maria Medeiros Salles
1984 Juarez Philippi e Utta Kalwelage Philippi

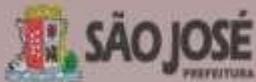
1985 Odílio Paulo Fernandes e Florentina Maria Fernandes
1986 Naudir Lindolfo Bezerra e Dulcinéia Farias Bezerra
1987 Icaroti Santos e Schirley Odete dos Santos
1988 José Farias e Olga Maria Rosas Farias
1989 Protásio Machado e Isaura Faustino Machado
1990 Benjamin Gualberto de Oliveira Junior e Vania Maria Silva de Oliveira
1991 Pedro Joceli Zilli e Salute Leonel Zilli
1992 Diocesles João Vieira e Léa Isabel de Aguiar Vieira
1993 Loreni Andrade e Rosa Maria dos Santos Andrade
1994 Roberto Rodrigues e Sandra de Souza Rodrigues
1995 Carlos Eduardo Schmitt e Lisete Sartori Weber Schmitt
1996 Carlos Eugênio Koerich e Elenita Gerlach Koerich
1997 Pedro Arcendino Coelho e Maria Zaidir Coelho
1998 José Hélio Coelho e Maria Zaidir Coelho
1999 Antônio Obet Koerich e Oni Furtado Koerich
2000 Taciano Rosário Vaz de Oliveira e Caciene Regina de Conto Vaz de Oliveira
2001 Germano João Vieira e Leopoldina Vermohlen Vieira
2002 Jurandir Domingues Junior e Maria José Carvalho de Souza Domingues
2003 Rosinha Apolônia Koerich Pierre e Thiago Pierre Hermenegildo
2004 Francisco José Duarte Silva e Eroni Kremer Silva
2005 Osli Rogério Boeing e Sônia Sandin Boeing
2006 Sidney José Martins e Sandra Pereira Alvez Martins
2007 Hermenegildo João Vanoni e Maria Vanoni
2008 Leandro Ibagy e Marcy Ibagy
2009 Oscar Luiz Voges e Valdete Rosalina Pereira Voges
2010 Luiz Fernando Philippi e Jane Maria de Souza Philippi
2011 Apostolado da Oração da Matriz de São José
2012 Moacir da Silva e Filhos
2013 Renato Hinnig e Marta Ribeiro
2014 Adeliana Dal Pont e Cícero
2015 Wilfredo Brillinger e esposa
2016 Lédio Coelho e Maria Coelho
2017 Caê Martins e Maria Helena Martins
2018 Grupo de festeiros
2019 José Henrique e Nalma Nienchotter

3. Roteiro padrão de entrevistas.

- Apresento nos anexos as perguntas que fiz nas entrevistas feitas para esta pesquisa, contudo para cada situação havia uma seleção.

- A. Qual seu nome e há quanto tempo participa da Paróquia de São José.
- B. Qual a sua ligação atualmente com a Festa do Divino Espírito Santo
- C. Em que momento você começou a participar da festa?
- D. Como você conheceu essa tradição?
- E. Qual era o seu envolvimento com a comunidade na época da mudança da Festa do Divino, na década de 1970?
- F. Como era a Festa do Divino antes da chegada do padre Neri?
- G. E a interação das comunidades? Elas já eram bem presentes antes dessa mudança de 1977, porque era uma paróquia grande, extensa.
- H. Qual a importância da Festa do Divino de São José tanto para a Paróquia quanto para o município?
- I. Esse momento da mudança, qual era a sua participação na paróquia?
- J. E a passagem da bandeira, como é todo o ritual para passar a bandeira?
- K. A festa como estrutura, como é que ela era quando senhor chegou? Era só uma festa de rua, ela não tomava a proporção que ela tem hoje, assim.
- L. Todas as comunidades vinham para a Matriz para fazer a festa?
- M. A Festa do Divino tem essa ideia do social, de reunir toda a população. E vinha, começou a vir gente até de fora da comunidade?

4. Certificação de registro imaterial da Festa do Divino Espírito Santo, Paróquia de São José.



A Prefeitura Municipal de São José, por intermédio da Fundação de Cultura e Turismo e do Serviço de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de São José, concede o título de

Patrimônio Imaterial de São José à:

Festa do Divino Espírito Santo de São José

O Bem fica subscrito no Livro de Registro das Celebrações como parte integrante dos bens culturais de São José.

Adeliana Dal Pont
Prefeita Municipal de São José

Carlos Eduardo de Souza Martins
Superintendente de Cultura e Turismo